



# Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**

3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**

4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1995**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossini e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Irondi Pugliesi e Sérgio Spada (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.  
**Aprovada.**

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, **requero chamada nominal** dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

**(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)**

35 (trinta e cinco) Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 11.09.95.

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, formulo o presente para solicitar de Vossa Excelência, em caráter excepcional, a liberação desta Casa de Leis, para o dia 08 de novembro vindouro, a partir das 15:00 horas.

A presente solicitação se faz em razão de estarmos programando para esta data, a concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Genir Crestani, conforme Projeto de Lei nº 091/95, de autoria do signatário, devidamente sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, pela Lei nº 11.122/95, publicada no Diário Oficial nº 4541, de 30 de junho do ano em curso.

No aguardo de uma resposta positiva por parte de Vossa Excelência, aceite meus protestos de consideração e apreço.

(a) NEREU MOURA

**Indicações:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para indicar o Deputado **Edno Guimarães**, para representar o PDT junto a Comissão Parlamentar Especial, cuja formação foi solicitada pelo Deputado Geraldo Cartário.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder do PDT

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Atendendo determinação dessa Presidência, venho indicar o nome do Deputado **Duílio Genari**, como representante do nosso Partido, para formar a Comissão Parlamentar Especial que trata da situação econômico-financeira das Prefeituras do Paraná.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) SÉRGIO SPADA

Líder do PP

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, vimos pelo presente, informar a Vossa Excelência que a Liderança do PSDB indica o Senhor Deputado **Cezar Silvestri** como membro da Comissão Parlamentar Especial, a qual trata dos assuntos econômicos-financeiros das Prefeituras Municipais.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **CEZAR SILVESTRI**  
Líder do PSDB

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos através do presente indicar o Deputado **Élio Lino Rusch** para compor a recém aprovada Comissão Parlamentar Especial, que irá apurar a situação econômico-financeira dos municípios.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **ÉLIO RUSCH**  
Líder do PFL

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, como Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, nesta Assembléia Legislativa, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência indicar seu nome para fazer parte da Comissão Parlamentar Especial, que trata de assuntos pertencentes a situação econômica das Prefeituras.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **NELSON JUSTUS**  
Líder do PTB

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, indica membro da Bancada do PMDB para compor a Comissão Especial que apurará a situação financeira dos municípios do Estado do Paraná, o Deputado **José Maria Ferreira**.

Suplente: Deputado **Caíto Quintana**.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **CAÍTO QUINTANA**  
Líder do PMDB

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial presidida pelo Deputado **Geraldo Cartário**, destinada a apurar a si-

tuação dos municípios paranaenses em razão do fechamento de diversas prefeituras do interior do Estado, utilizamos o presente a fim de indicar o Deputado **Emerson Nerone** para representar o Partido dos Trabalhadores - PT, nesta Comissão.

Sendo o que temos para a oportunidade, resta-nos antecipar a Vossa Excelência agradecimentos, bem como nossos sinceros votos de consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **PÉRICLES DE MELLO**  
Vice-Líder do PT

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 2629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 340/95 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **BETO RICHIA**

## REQUERIMENTO N° 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução n° 051/95, que objetiva alterar a redação do art. 1° da Resolução n° 69/90, de 11 de outubro de 1990.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) **ALBANOR GOMES**

## REQUERIMENTO N° 2693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 276/95, que dispõe sobre inclusão no Art. 140 da Lei n° 6.174, o inciso II.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) **JOSÉ TAVARES**

## REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, se digne de determinar a tramitação do Projeto de Lei n° 366/95 (Cinto de Segurança - Dispensa), em regime de urgência (Art. 182 e seguintes do Regimento Interno), face a autoridade de trânsito estar notificando os condutores de veículos.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) **WALMOR TRENTINI**

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 366/95 que propo-

mos, tem por finalidade dispensar o uso do cinto de segurança, nos municípios paranaense com menos de 20.000 habitantes.

Ocorre que a autoridade de trânsito já notificou e está notificando os condutores de veículos que trafegam nas estradas do Paraná.

Se faz necessário, que este projeto de lei tenha seu trâmite rápido, a fim de que seja solucionada a questão sobre a obrigatoriedade ou não do cinto de segurança nestes pequenos municípios.

Por isso, requer seja a tramitação do projeto de lei em questão, em regime de urgência.

#### REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 230/95, que dispõe sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 2714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 144/95, que dispõe sobre a alteração do Parágrafo Único do Art. 5° da Lei Complementar n° 010/80.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 2641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no decorrer de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO N° 2685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, que seja hipotecado o irrestrito apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ao Projeto elaborado pelo Departamento Sindi-

Curitiba, quarta, em 20.09.95

cal de Estudos Rurais - DESER - "Medidas Para Apoiar a Reconversão da Produção Agrícola Familiar da Região Sul Brasileira no Âmbito da Integração no MERCOSUL."

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

A integração do Brasil ao MERCOSUL vem trazendo um grande impacto à agricultura familiar, principalmente na Região Sul do País. Na busca de reconversão e reestruturação dos pequenos agricultores familiares, o DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais, é uma entidade que tem dado grande contribuição no campo das assessorias às organizações dos agricultores e no Fórum Oficial da Agricultura Familiar, bem como na produção de documentos propositivos para a elaboração de políticas de apoio à integração da pequena produção familiar no MERCOSUL.

O projeto está sendo encaminhado à Comunidade Comum Européia na pessoa da Senhora Carola Köster, dg VIIIB/2, Commission of the European Communities, Bruxelas.

#### REQUERIMENTO N° 2656

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM, a convocação dos Secretários de Estado da Administração, Planejamento e da Fazenda, para prestarem esclarecimentos, no que diz respeito as divergências de percentuais, com a despesa de pessoal no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

RENATO ADUR

JOSÉ MARIA FERREIRA

TOTI COLAÇO

CAÍTO QUINTANA

EMERSON NERONE

JOSÉ TAVARES

ORLANDO PESSUTI

DOUTOR ROSINHA

1 ilegível

#### Contradições

O Secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, foi quarta-feira passada à Comissão de Economia do Senado dizer que a folha de pagamento do funcionalismo compromete 70% da receita líquida do Paraná. O Governador Jaime Lerner disse aos professores que esse gasto é de 83% e por isso não havia dinheiro para aumentos. Os professores querem saber qual é o número certo. E com razão.

4 - Folha de Londrina

Domingo, 17 de setembro de 1995

## EDITORIAL

## Esta

## Em busca da verdadei

**Secretário** A nova escalada da Otan, funcionando como braço armado da ONU, contra a sérvia da Bósnia dá a

**Sérgio Wesley**  
Sucursal de Curitiba

O governo do Paraná está gastando 70% e não 85% de suas receitas com a folha de pagamento do funcionalismo público. A revelação foi feita na última quarta-feira pelo secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, perante a Comissão de Economia do Senado Federal. Taniguchi foi defender a autorização do Senado para que o Estado possa contrair empréstimos internacionais e acabou gerando polêmica dentro do próprio governo.

Desde que propôs o reajuste de 10% para o funcionalismo público em agosto, o governador Jaime Lerner tem declarado que a despesa com pessoal compromete de 82% a 85% da receita. Este foi o principal argumento utilizado pelo governo para justificar a não-concessão de aumento diferenciado para o magistério estadual.

Mas Taniguchi apresentou novos números. "A receita líquida do Paraná é da ordem de R\$ 3 bilhões. A folha de pagamento é da ordem de 70%. O custeio, da ordem de 7%; amortização da dívida, 9%. Investimento, também 9% e precatórios, 5%. A dívida global interna é de R\$ 771 milhões e a externa, de US\$ 375 milhões", disse o secretário perante a comissão de senadores.

O objetivo de Taniguchi era o de desmentir o senador Roberto Requião (PMDB), que criticou o aumento das despesas de pessoal no Paraná com a criação de novos cargos em comissão e com o

aumento de 242% nos salários dos secretários de Estado. "Desde que o governador Jaime Lerner assumiu não houve contratação de pessoal e há uma contenção violenta de despesas de custeio e redução de despesas de publicidade", afirmou.

O tiro do secretário acabou saindo pela culatra, pois desmentiu os dados que o governador vinha divulgando até a semana passada. "O secretário deve ter utilizado dados de meses anteriores. Eu tenho os dados da Secretaria da Fazenda, que nos aponta um comprometimento de 82% a 85%", afirmou Lerner na última sexta-feira. "Não sei qual a referência utilizada pela Secretaria de Planejamento. Os dados

que eu tenho são de depois do último aumento. Pode ser que o secretário tenha feito referência a antes do aumento", tentou justificar o governador.

As declarações de Taniguchi foram um presente para a oposição. "O secretário do Planejamento desmentiu o governador. Aqui, o governo diz que o Estado está ótimo. Para os professores, diz que não tem dinheiro. Mentir para a comissão do Senado é crime. Quero saber quem é o pinóquio", desafiou o senador Requião, que gravou o depoimento de Taniguchi.

Os dados da Secretaria da Fazenda sobre o comprometimento das receitas com a folha de pagamento contrariam as informações de Taniguchi e Lerner. Em agosto, a receita própria do Estado foi de R\$ 230,08 milhões e a despesa com pessoal, somando encargos, totalizou R\$ 184,04

mular o ódio e a destruição. A própria região hoje conflagrada, a antiga Jugoslávia, tem uma longa história de massacres. O comprometimento oficial é de 79,9%.

Segundo informações da Coordenação da Administração Financeira do Estado, órgão da Secretaria da Fazenda, a receita corrente líquida do Paraná cresceu de R\$ 212,80 milhões em janeiro deste ano para R\$ 230,08 milhões em agosto. No mesmo período, a despesa com pessoal e os encargos da folha de pagamento passaram de R\$ 147,74 milhões para R\$ 184,04 milhões. O comprometimento, que em janeiro foi de 69,43%, passou para 79,9%.

Em agosto do ano passado, a receita total do Estado atingiu R\$ 185,80 milhões, a receita corrente líquida foi de R\$ 183,16 milhões e a despesa com pessoal somou R\$ 91,28 milhões. O comprometimento era de 49,8%.

A arrecadação do ICMS em agosto, primeiro mês da campanha Cidadão Nota 10, cresceu 1,6% em relação a julho. O total do ICMS passou de R\$ 149,37 milhões para R\$ 151,76 milhões. Segundo o secretário da Fazenda, Miguel Salomão, os resultados mais efetivos da campanha de arrecadação serão sentidos neste mês de setembro.

Em agosto, a receita total também registrou variação positiva de 2,3% em relação ao mês anterior. Além do ICMS, compõem a receita a arrecadação do IPVA (R\$ 4,86 milhões), o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (R\$ 8,15 milhões), outras receitas próprias (R\$ 30,62 milhões), royalties (R\$ 6,29 milhões), aplicações financeiras (R\$ 2,45 milhões) e ingresso de operações de crédito (R\$ 2,39 milhões). As transferências federais para o Paraná totalizaram R\$ 27,33 milhões.

**Objetivo era  
desmentir Requião.  
Mas o tiro saiu  
pela culatra**

REQUERIMENTO N° 2630

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a realização de uma audiência pública da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com a Associação Brasileira de Importadores de Pneus, com o objetivo de discutir a implantação de pneus usados para o Brasil.

Requer, ainda que a Comissão do Meio Ambiente convoque órgãos vinculados à defesa do meio ambiente e representantes das fábricas brasileiras para participarem da referida discussão.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos meses vimos acompanhando amplo debate a respeito da liberação da importação de pneus usados para o Brasil.

A Associação Brasileira de Importadores de Pneus tem efetuado diversas críticas às multinacionais que fabricam pneus em nosso País, acusando-as de efetuarem imenso "lobby" para impedir a entrada dos chamados pneus "meia vida" com o intuito de eliminar concorrentes e garantir seus vultosos lucros.

Embora a decisão da matéria caiba ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, entendemos que os Deputados Estaduais e a sociedade paranaense devam ouvir as pessoas, empresas e grupos ecológicos para se inteirarem dos termos do importante debate que ora se realiza na sociedade brasileira.

REQUERIMENTO N° 2692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de Emenda Constitucional pelo Poder Executivo Federal, visando alterar o Sistema Tributário Nacional, com repercussão sobre o pacto federativo e o regime dos municípios brasileiros; considerando o posicionamento do Colegiado de Presidente de Assembleias Legislativas da República no sentido de acompanhamento cuidadoso da tramitação da emenda e, considerando as atribuições políticas das Legislaturas Estaduais como guardiãs da autonomia dos Estados Federados, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial de Acompanhamento da Reforma Tributária Nacional, composta por 5 (cinco) membros, para atuarem em todos os procedimentos em questão.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 2640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Lúcia Alves Pereira, irmã do ex-Vereador de Curitiba, Luis Ernesto Alves Pereira, ocorrido no dia 17.09.95, nesta cidade, vítima de lamentável acidente automobilístico.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada, à Travessa Nelson Gonçalves de Lima, s/n°, Alto da XV - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 45 anos, faleceu no dia 17.09.95, nesta Cidade de Curitiba, a Senhora Maria Lúcia Alves Pereira, vítima de lamentável acidente automobilístico.

Filha do Senhor Marcos Augusto Alves Pereira e Fortunata Alves Pereira, era irmã do ex-Vereador da Cidade de Curitiba - radialista Luis Ernesto Alves Pereira; e do Senhor Marcos Augusto Alves Pereira.

Divorciada, a extinta deixa 2 filhos: Bianca e Otávio Augusto, e 1 (um) neto, Giovani.

O passamento da Senhora Maria Lúcia Alves Pereira deixa uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais, este Parlamentar. Entretanto, o tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Alves Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, e rogando a Deus que todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Governador do Estado da Paraíba, Antonio Mariz, ocorrido no dia 16 próximo passado, em João Pessoa - PB.

Requer ainda que se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao Cerimonial e Relações Públicas do Palácio da Redenção, Governo do Estado da Paraíba, Praça João Pessoa, s/n°, CEP 58000-000, João Pessoa - PB.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, votos de pesar pelo falecimento do jogador Dirceu Guimarães, ocorrido recentemente, deixando uma lacuna no futebol brasileiro, e que seja enviado expediente aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O jogador Dirceu Guimarães militou no futebol paranaense, defendendo as cores do Coritiba Futebol Clube. Foi uma das maiores estrelas do futebol, tanto paranaense como nacional.

Unimo-nos aos torcedores Coxa Branca e aos familiares, neste momento irreparável.

#### REQUERIMENTO N° 2658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento da Senhora Enundina Carneiro Andrade.

Pessoa voltada pela assistência aos menos favorecidos, deixando saudades a seus familiares e amigos.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente na Rua Alcides da Silva Rocha, n° 327, Bairro Jardim América - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Ciriaco Doria Di Mario.

Pessoa voltada pela assistência aos menos favorecidos, deixando saudades a seus familiares e amigos.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente a Rua Alcides da Silva Rocha, n° 327, Bairro Jardim América - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Enondina Carneiro Andrade, do Município de Ponta Grossa,

neste Estado.

Requer, ainda, que do teor do presente, dê-se ciência à família, no endereço a seguir: Vereador Oldemar Andrade, Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A extinta senhora pertencia a tradicional família pontagrossense e era esposa do Vereador Oldemar Andrade. Seu passamento prematuro abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Jamais se apagará de nossa memória e do nosso coração a lembrança da Senhora Enondina, pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ela tiveram o prazer de conviver.

Este Deputado propõe que esta Assembleia Legislativa se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

#### REQUERIMENTO N° 2694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Mário Riesemberg, ocorrido em 17 de setembro/95.

Requer outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 71 anos, faleceu dia 17/09/95, na Cidade de União da Vitória, o Professor Mario Riesemberg.

O extinto deixa viúva Dona Maria do Amparo e deixa também, três filhos.

O passamento do Prof. Mário Riesemberg veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais, este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Mario.

O Prof. Mário Riesemberg, que era formado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, foi professor das disciplinas de Organização e Técnica Comercial e Contabilidade Geral, na Escola Técnica de Comércio Cel. David Carneiro, de União da Vitória. Professor titular da cadeira de História Econômica, Geral e do Brasil, da Faculdade de Filosofia, ocupou também o cargo de Diretor da Fundação no período de fevereiro de 1975 a dezembro de 1976, época em que se aposentou.

Em 1978 foi eleito vice-Prefeito do Município de União da Vitória, tendo assu-



mido o cargo de Prefeito em junho de 1981, permanecendo até o fim do mandato, até 31 de janeiro/1982.

Em 1988 foi eleito Prefeito Municipal pelo PDT.

O Prof. Mário Riesenberg, que pertencia a tradicional família de União da Vitória, era bastante relacionado em toda a região, pois além de professor, possuía um modelar escritório de contabilidade, no qual deu assistência a diversas empresas locais e de cidades vizinhas.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Riesenberg, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Lilian Garcia de Oliveira e seu filho, ocorrido no dia 19 do corrente, vítimas de lamentável acidente automobilístico acontecido na BR- 369, trecho entre Maringá e Ponta Grossa.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### REQUERIMENTO N° 2668

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Bernadete e Abrão José Solinzues que completou 24 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Louça, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos

nós!

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2669

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Rosenilce e Arnaldo Rocha que completou 23 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Relógio de Parede, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2670

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Ermínia Adelaide Santos e João Gonçalves Junior que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2674



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para o médico oftalmologista Dr. Hamilton Moreira, pelo reconhecimento público da importância de seu trabalho profissional na área e por seu desempenho frente ao Banco de Olhos do Paraná durante os últimos anos.

Requer ainda, seja enviado para o seguinte endereço: Rua Carlos de Carvalho, 1310, CEP: 80730-200 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O trabalho do médico Dr. Hamilton Moreira na área de Oftalmologia, desenvolvendo laboriosamente há muitos anos no Paraná, apesar de sua juventude, merece o reconhecimento público que está tendo. A Rede Paranaense de Televisão, através da Campanha "Bicho do Paraná" está homenageando o médico.

E nós, aqui desta Casa de Leis, nos somamos a este reconhecimento e através destes votos prestamos também mais que nossa homenagem, mas o nosso agradecimento ao Dr. Hamilton Moreira. De uma família de médicos oftalmologistas, comandada pelos doutores Carlos e Sally Moreira, que muito batalharam pela criação do Banco de Olhos do Paraná, coube ao Dr. Hamilton Moreira empenhar-se a fundo nesse trabalho, principalmente através de campanhas de incentivo a doações de córneas. Hoje, centenas de paranaenses já tiveram esse benefício e muitos aguardam numa fila para garantir a visão que todo ser humano necessita. Ao Dr. Hamilton Moreira, pelo trabalho clínico, cirúrgico e de pesquisa, as congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 35 anos de Emancipação Política do Município de Salto do Itararé no próximo dia 25.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal Pedro Paulo Espósito.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de Emancipação Política de Salto do Itararé, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve. Hoje é uma

das comunidades que mais cresce, demonstrando que a semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 35 anos de Emancipação Política do Município de Sapopema no próximo dia 22.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal Paulo Maximiano de Souza.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de Emancipação Política de Sapopema, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve. Hoje é uma das comunidades que mais cresce, demonstrando que a semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 66 anos de Emancipação Política do Município de Joaquim Távora no próximo dia 21.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal Marco Antônio de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de Emancipação Política de Joaquim Távora, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve. Hoje é uma das comunidades que mais cresce, demonstrando que a semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao Senhor Luiz Buturi, que exerce

a função de Encarregado de Tráfego no Transporte Coletivo Glória. Há 15 anos é funcionário dessa empresa, tendo sempre se dedicado com muito esmero, competência e dedicação às suas atividades. Já atuou como motorista do transporte coletivo e atualmente encarrega-se do tráfego, contribuindo sobremaneira com o bom funcionamento do Transporte Coletivo Glória. São 15 anos dedicados à comunidade curitibana que utiliza diariamente esse meio de transporte. Ao longo de todos estes anos, soube honrar com dignidade seu trabalho, motivo pelo qual hoje deve ser homenageado por esta Casa de Leis.

Desejamos muito sucesso ao Senhor Luiz e consignamos nesta Casa o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Vitório Pereira e Jovelina Dias dos Santos que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao Senhor Miguel Taborda, que exerce a função de motorista no Transporte Coletivo Glória. São 22 anos de dedicação a esta empresa, desempenhando com muita competência, seriedade e honradez uma função de extrema responsabilidade e que tanto benefício traz à comunidade curitibana.

Sempre dedicado, soube ao longo de todos estes anos permanecer numa mesma empresa, demonstrando o excelente profissional que foi e continua sendo.

Diante dos fatos, merece ser o homenageado por esta Casa de Leis através deste voto de congratulações.

Desejamos muito sucesso ao Senhor Miguel e consignamos nesta Casa o reconhecimento de todos nós.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de mensagem de congratulações ao "Centro de Tradições Gaúchas Charrua", de Foz do Iguaçu, na pessoa do seu Patrão, Albino Rafagnin, pela passagem da "Semana Farroupilha".

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Semana Farroupilha é a data máxima daqueles que cultuam o tradicionalismo gaúcho, cujas comemorações alusivas a esse evento estão sendo realizadas nesta semana.

Gostaríamos assim, de deixar registrando nos Anais desta Casa, as nossas homenagens ao "Centro de Tradições Gaúchas Charrua", de Foz do Iguaçu, na pessoa do Senhor Albino Rafagnin, Patrão da Entidade, estendendo os nossos votos de felicitações a toda patronagem daquele CTG.

#### REQUERIMENTO N° 2651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja emitido diploma de "Moção de Aplausos" para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati (Escola de Excepcionais "Nossa Escola"), pelos 28 anos de trabalho e dedicação às nossas crianças excepcionais.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Há 28 anos, os pais de Orlandinho voltaram para casa profundamente tristes. Não havia em Irati uma escola que pudesse aceitar seu filho, que pudesse lhe oferecer o atendimento especial que necessitava.

Estando em contato com outras pessoas envolvidas na causa da excepcionalidade, os pais de Orlandinho, em 1967, lançaram as primeiras bases da APA de Irati.

A Escola de Excepcionais "Nossa Escola"

la", foi fundada pelo Senhor José Duda Júnior, que durante 14 anos exerceu a presidência da entidade. Nos anos de 1981 a 1983, assumiu a presidência Dona Iolanda Boddy Trevisan.

Em 1984, o Senhor José Diniewicz, até o ano de 1990, hoje vice-Presidente da Federação Nacional das APAE's para o Estado do Paraná.

A partir de 1991 desempenha esta função ao Senhor Paulo Roberto Constantino.

A direção da Escola de Excepcionais "Nossa Escola", que é responsável pelo funcionamento interno, pelas atividades técnico-pedagógicas oferecidas, teve como primeira diretora a Senhora Cleide Duda Tabora, em seqüência: Ana Cristina O. Benato, Luiza Helena Duda Mariani, Sdarilda Edi de Mattos, Anizia Costa Zich e desde o ano de 1984 é da competência da Senhora Regina Célia Colaço Vaz.

Inicialmente, a Escola começou suas atividades educacionais com uma classe de 06 alunos, em sala cedida pelo Grupo Escolar Duque de Caxias.

Nos próximos dois anos a Escola funcionou em prédio cedido pela firma "Thoms & Benato, e somente em 1969 começou a prestar atendimento em sede própria, na Rua Doutor Correia, n° 471, onde permanece até hoje.

A clientela da Instituição atualmente, é composta de 110 alunos portadores de deficiência mental e física, quando associadas.

Funciona em período integral, atendendo em regimes alternados (manhã/tarde) e de semi-internato, oferecendo os seguintes programas: Educação Precoce, Pré-Escolar, Escolar, Treinamento Básico, Iniciação para o Trabalho. Oferece ainda, um Programa de Atividades Agrícolas, em terreno de 09 alqueires situado no Bairro Rio Bonito (APAE-RURAL), a mais ou menos 06 km da Instituição e também o aprendizado nas oficinas pedagógicas já permite a nível de profissionalização a inserção do nosso aluno no mercado de trabalho.

Considerando as dificuldades de alguns educandos em obter a colocação profissional externa, está funcionando desde o ano passado o Programa Trabalho Protegido, que é organizado como uma verdadeira empresa industrial, com horário, regulamento, deveres e direitos de uma empresa comum. E como um novo recurso pedagógico, nova opção à aprendizagem, este mês, a APAE está implantando a informatização em seu ensino.

Para o ingresso nos programas ofertados, o aluno será avaliado por uma equipe multidisciplinar formada pelos profissionais da área técnica e um pedagogo, que chegando a um diagnóstico comum, orientarão o encaminhamento desse aluno ao setor

adequado ao desenvolvimento de suas necessidades educativas especiais.

Para que todo esse atendimento se processe de maneira adequada, contamos na área administrativa: direção - 02 coordenadores pedagógicos, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria; formando a equipe pedagógica da escola: 19 professores especializados, 01 professor de música, 01 professor de educação física, 01 instrutor de marcenaria, 01 instrutor na APAE-RURAL, 02 atendentes de sala de aula.

Compondo a equipe técnica: 02 médicos, 01 enfermeira, 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 fisioterapeuta, 01 fonoaudióloga. Para o serviço de apoio: 01 motorista, 05 zeladoras, 01 guardião e 01 chacareiro.

A escola desenvolve, também, a campanha de Prevenção à Excepcionalidade, através de palestras realizadas no Município e microrregião, baseando-se no fato de que o nascimento de uma criança excepcional não é consequência do acaso, ela pode ser evitada em 60 a 70% dos casos, através de medidas muito simples: vacinação, acompanhamento adequado antes e durante a gestação, parto e primeiro ano de vida.

Conscientes da necessidade de se realizar um trabalho que tenha como objetivo maior a integração, a independência, a aceitação da pessoa excepcional na comunidade em que vive - procurando desenvolver ao máximo suas potencialidades através de uma aprendizagem qualitativa, a APAE iniciou este ano a construção do Centro de Educação Precoce, prédio de 600 m<sup>2</sup>, que vai atender crianças de 0 a 03 anos com diagnóstico de portadora de deficiência mental e alto risco, num ambiente adequado, com estímulos necessários ao pleno desenvolvimento do potencial inato e o amadurecimento psiconeurológico.

A APAE nasceu um dia, da angústia de um pai, do ideal, do trabalho de pessoas que muitas vezes permaneceram no anonimato. Fortaleceu-se e cresceu no apoio de nossa comunidade, autoridades, órgãos federais, estaduais e municipais.

Uma soma que hoje faz com que a APAE de Irati seja considerada uma das 10 APAE's modelo, pela estrutura física e humana, pelo atendimento técnico e pedagógico que oferece, dentre as 200 APAE's em funcionamento no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja emitido diploma de "moção de aplausos" para o Asilo São Vicente de Paulo, pelo transcurso dos seus 50 anos de relevantes serviços prestados em Ibituva.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo de Imbituva, organização de direito privado, com sede na cidade de Imbituva, fundado em 02 de agosto de 1945, pela Associação das Damas de Caridade de Imbituva, em reunião realizada numa das salas do Instituto Santa Terezinha, sob orientação da Reverendíssima Irmã Maria, com a presença de 18 Senhoras. No dia 25 de agosto de 1945, já então com 58 associadas, compôs-se sua primeira Diretoria, constituída das seguintes Senhoras fundadoras: Presidente - Rev. Irmã Maria Zavilinski; vice-Presidente - Regina Diedrichs; 1ª Tesoureira - Eleonora Scheidt Pupo; 2ª Tesoureira - Tereza Scheidt; 1ª Secretária - Balbina Dietzel Roth; 2ª Secretária - Nadir D. Grollman; e para auxiliares da Diretoria, foram nomeadas as seguintes Senhoras: Consuelo Diedrichs, Matilde Barros, Neuza de Matos, Sílvia Camargo, Syrte Sáber, Margarida Massacheto e Inês Flizioski.

O Asilo São Vicente de Paulo é uma entidade declarada de Utilidade Pública a nível Municipal, Estadual e Federal, que tem por fim especial atender a velhice pobre desamparada e inválidos, sem distinção de cor, sexo ou religião, em regime de internato.

Atualmente o Asilo é administrado por uma diretoria eleita em Assembléia Geral, composta pelos sócios voluntários, quites com a Tesouraria, que dão muito de si na nobre missão que desenvolvem.

O Asilo possui capacidade de 58 vagas para internato, sendo 30 para o sexo masculino e 28 para o sexo feminino; atualmente, conta com 60 internos, sendo que destes, 38 oriundos de Imbituva, sendo 18 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Os demais são oriundos dos municípios vizinhos, na maioria de Ivaí e Ipiranga.

O Asilo é mantido através de doações e contribuições de pessoas voluntárias. Também possui convênios com órgãos públicos que muito ajuda na manutenção e conservação da Instituição.

REQUERIMENTO N° 2665

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Pequeno Cotelengo do Paraná, que completa neste ano 30 anos de existência.

Fundamentado no espírito da caridade cristã, tornou-se um abrigo aos carentes que não puderam achar auxílio e acolhimento nos outros institutos de beneficência.

Atualmente atende 140 pessoas portadoras de necessidades especiais, sem contar com verbas públicas, sobrevivendo da bondade e da colaboração da comunidade.

O Pequeno Cotelengo pode ser considerado uma vila sempre aberta aos irmãos carentes, ou então, como disse Dom Orione: "O Pequeno Cotelengo é um pequeno grão de mostarda, que com a benção de Deus se tornará um dia, numa grande árvore em cujos ramos repousarão os mais abandonados dos nossos irmãos".

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa de Leis os nossos cumprimentos pelos 30 anos de existência do Pequeno Cotelengo, somados aos demais Pares, partilhando com toda a comunidade paranaense a alegria da existência desta obra.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso para o Professor Doutor Carlos Augusto Moreira Junior, Coordenador de Pesquisas do Serviços de Oftalmologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal e toda a sua equipe, integrada pelos doutores, Carlos Eduardo Uscocovich, Ezequiel Portella, Hamilton Moreira e Jaime Arana.

A equipe chefiada pelo Dr. Carlos, descobriu uma nova substância para controlar o sangramento nas cirurgias de retina, principalmente nos casos de diabéticos, através do trabalho: Perfluoro para Hemostase na Cirurgia Vítreo Retiniana em julho de 1995. Uma importante descoberta científica, que foi merecedora do Prêmio Varilux Master, o maior prêmio da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Varig e Varilux-Sudop da França e o Prêmio Alcon Retina e Vítreo da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, no ano de 1995.

O Dr. Carlos A. Moreira Jr., Professor titular de Oftalmologia da UFPR, membro titular da Academia Americana de Oftalmologia "Fellow" em retina e vítreo da University of Southem Califórnia, Clínica e Cirurgia da Retina e Vítreo, Fotocoagulação com Laser, ao lado de sua equipe, já nominada, enche de orgulho a todos os paranaenses e demonstra a capacidade de cada integrante, na condução de um ideal mútuo. A busca por melhores dias ao cidadão de sua cidade, de seu Estado, de seu País e do mundo, enobrece a profissão.

A pesquisa, sempre que incentivada, respeitada e bem conduzida, será a porta do avanço para um mundo com menos dores e

aflições. Em breve novas técnicas darão maior aperfeiçoamento ao trabalho desta equipe, merecedora de aplausos e de todo o nosso respeito.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2686

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve a Constituição Estadual e o Regimento Interno, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado de Obras Públicas, bem como à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando aos Secretários que informem à Assembléia sobre a existência, no orçamento para 1995, de recursos destinados à construção do Hospital de Iguaraçu.

O Hospital em questão teve sua construção iniciada no ano de 1987 e até hoje aquelas obras não foram concluídas. Contudo, o ex-Governador e atual Senador, Roberto Requião assegura que foram consignados recursos no orçamento em execução destinados a esse fim. Dessa forma, necessita-se dessas informações para esclarecimento público, posto que o município em questão não conta com nenhum estabelecimento hospitalar, sendo que os doentes precisam ser encaminhados às cidades vizinhas e esse deslocamento muitas vezes agrava a situação dos enfermos.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO N° 2687

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, solicitando ao mesmo que envie a esta Casa relação contendo os nomes de todos os aposentados e pensionistas daquele instituto, data de início de recebimento do benefício e valor atualmente percebido.

As informações reivindicadas destinam-se a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO N° 2688

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais bem como o prescrito no Art. 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia sobre a possibilidade de viabilizar, na Polícia Militar, a implantação

do pagamento de diárias diretamente na folha de pagamento do favorecido.

Tal solicitação se prende ao fato de que, atualmente, segundo denúncias de militares, essas verbas são remanejadas pelos comandos para outras finalidades em detrimento do funcionário em serviço.

Segundo denúncias recebidas no gabinete do signatário, o 4° Batalhão da Polícia Militar, em Maringá, realiza para os respectivos oficiais, todas as quartas-feiras, churrascos patrocinados com verbas destinadas para a alimentação dos soldados em serviço.

A hierarquia militar, como é de conhecimento geral, oprime os ocupantes de cargos de nível inferior, tirando dos mesmos qualquer possibilidade de reação contra arbitrariedades, aplicando-se aos mesmos o regulamento disciplinar do exército, o que representa um verdadeiro absurdo, visto que os integrantes da polícia militar são profissionais e não recrutas em formação como ocorre no exército.

As únicas unidades da federação que contam com regulamentos disciplinares próprios e não aplicam o código de disciplina do exército, são Minas Gerais e São Paulo.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO N° 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Armando Martinho Bardou Raggio, no sentido de que viabilizem liberação de uma ambulância para o Sistema Único de Saúde - SUS de Sarandi.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, ligado a Maringá, pelas suas condições sociais e econômicas, como "cidade-dormitório" de Maringá, é um município de grande explosão demográfica, com inúmeros problemas sociais em todas as áreas, principalmente na saúde pública.

A Prefeitura Municipal de Sarandi enfrenta dificuldades financeiras para manter seu Quadro de Pessoal e as necessidades de infraestrutura de qualquer município nessas condições.

Para atender os problemas de saúde pública do Município de Sarandi, há necessidade de uma ambulância para o SUS.

Os ilustres Vereadores de Sarandi: Luiz Carlos Baradel, André Rodrigues da Silva, João Corredato, Cilas de Souza Moraes e Nelson Mariano da Silva, endereça-

ram requerimento a nosso Gabinete Parlamentar solicitando providências nesse sentido.

"Exmo. Sr. Deputado Marquinhos Alves  
Curitiba-PR

Os abaixo-assinados, Vereadores da Câmara Municipal de Sarandi, deste Estado, solicitam de V. Exa. gestão junto ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de que sejam destinados ao Município de Sarandi, os seguintes veículos:

1. Para o Destacamento Policial Militar, duas viaturas;
2. Para o Serviço Único de Saúde - SUS, uma ambulância.

Sarandi, 14 de setembro de 1995

(aa) LUIZ CARLOS BARADEL  
ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA  
JOÃO CORREDATO  
CILAS DE SOUZA MORAES  
NELSON MARIANO DA SILVA"

#### REQUERIMENTO N° 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que viabilizem liberação de duas viaturas para o Destacamento Policial Militar do Município de Sarandi, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi é um município de grande explosão demográfica, visto estar praticamente ligado a Maringá, e constituir-se em "cidade-dormitório" de Maringá, em vista de fatores social e econômicos da população obreira, de baixa renda.

Os problemas de segurança são maiores que os de Maringá, o que requer um trabalho preventivo constante da Polícia Militar lá destacada.

Entretanto, o Destacamento Policial de Sarandi ressenete da necessidade de meios de locomoção para fazer esse trabalho preventivo ostensivo.

Os ilustres Vereadores: Luiz Carlos Baradel, André Rodrigues da Silva, João Corredato, Cilas de Souza Moraes e Nelson Mariano da Silva, endereçaram requerimento a nosso Gabinete Parlamentar solicitando providências nesse sentido.

"Exmo. Sr. Deputado Marquinhos Alves  
Curitiba-PR

Os abaixo-assinados, Vereadores da Câmara Municipal de Sarandi, deste Estado,

Curitiba, quarta, em 20.09.95

solicitam de V. Exa. gestão junto ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de que sejam destinados ao Município de Sarandi, os seguintes veículos:

1. Para o Destacamento Policial Militar, duas viaturas;
2. Para o Serviço Único de Saúde - SUS, uma ambulância.

Sarandi, 14 de setembro de 1995

(aa) LUIZ CARLOS BARADEL  
ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA  
JOÃO CORREDATO  
CILAS DE SOUZA MORAES  
NELSON MARIANO DA SILVA"

#### REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deni Linneu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que a Rodovia que liga Sertãoópolis a Bela Vista do Paraíso seja denominada José Manoel de Almeida.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando providências no sentido da criação de mais uma Vara para o Fórum de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 2637

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar a permanência de um guarda de trânsito, em frente à Escola Estadual Senador Guimarães, localizada na rua Cândido Hartmann, próximo ao Parque Barigüi.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, que segundo eles, o horário de entrada e saída das crianças na escola é preocupante. Ocorre que os carros não respeitam os pedestres e o trânsito nesse horário, fica caótico. Pedem providências.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) Luiz Carlos Martins

#### REQUERIMENTO N° 2650



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de acostamento na rodovia PR-153, trecho que liga os Municípios de Rebouças - Rio Azul.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador do Município de Rebouças, Senhor Renato Mikos Cabral, que conta com nosso total apoio.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Rocha Virmond, Digno Secretário de Estado da Cultura, parabenizando a programação de excelente qualidade da Rádio FM Educativa. E, que a mesma seja mantida.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSIFICATIVA:

Rádio FM Educativa - três anos da melhor música popular do mundo.

Durante muitos anos, a Rádio Estadual do Paraná - AM, resistiu sozinha em Curitiba o massacre da música estrangeira, principalmente a norte-americana. Nesses anos, músicos de outros países se indignavam ao saber que as rádios brasileiras não tocavam a música brasileira. Não entendiam como uma música de tal qualidade tinha dificuldade em ser veiculada no seu próprio país.

Em Curitiba, por um longo período, somente na Rádio Estadual era possível ouvir música popular brasileira de boa qualidade. Felizmente, hoje a realidade é um pouco diferente e algumas outras emissoras cederam ao óbvio e passaram a dedicar parte da programação à MPB.

Há três anos, nasceu a FM Educativa. Levamos um susto ao constatar que a emissora estava tentando competir com as rádios comerciais. Felizmente, o bom senso prevaleceu e a FM Educativa seguiu as trilhas da Rádio Estadual do Paraná, colocando no ar uma boa música popular brasileira. Nesses três anos, só fez colecionar elogios de curitibanos e de visitantes, tanto de ouvintes como de músicos. A programação da FM tem contribuído para o surgimento de lojas de discos, fitas e CDs especializadas em MPB. Também aumentou a procura por MPB nas casas do ramo.

Além da excelente MPB, até o início deste ano, integravam a programação da FM

Educativa alguns programas especiais. Era o caso dos programas "Tempo de Rádio", "Instrumental e Tal", "Todos os Cantos", "Venas Abiertas" e "Deixa Falar". Estes programas, até onde sabemos, saíram do ar apenas por razões técnicas. O novo governo demitiu mais de trinta trabalhadores, que eram prestadores de serviço e a rádio ficou sem estrutura para levar os programas ao ar. Acreditamos que esses problemas já estejam sendo resolvidos e que em breve, a FM possa recolocar os programas no ar.

Queremos, portanto, parabenizar a FM Educativa pela boa programação que tem oferecido ao público nestes três anos.

#### REQUERIMENTO N° 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Jaime Lerner, no sentido de entrar em entendimento com o Governo do Estado de Santa Catarina, para que sejam tomadas medidas urgentes com vistas a realização de estudos para a implantação de um trecho na intercessão da BR-376 na estrada para Garuva, bem como a duplicação da referida rodovia no trecho da divisa Paraná-Santa Catarina, até a entrada para Garuva.

Requer, outrossim, que em caráter de urgência sejam implantados redutores de velocidade e sinalização vertical e/ou horizontal, que sirvam como orientação aos motoristas até a construção do referido trevo.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A colocação de redutores de velocidade e sinalização, serviriam como medida paliativa para amenizar a situação atual até a construção de um trevo em caráter definitivo. A BR-376 está quase toda duplicada pelo Estado do Paraná, até a divisa com o Estado de Santa Catarina, causando dali em diante um grande funil, que se agravará com a próxima temporada de verão.

Devemos destacar ser a BR-376, importante corredor de transporte da Região Sul do Brasil, uma vez que atende todo o tráfego rodoviário com origem e destino dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de ser a rota do MERCOSUL.

A conclusão da duplicação do trecho da divisa Paraná-Santa Catarina, até a entrada para Garuva, evitará o afunilamento de veículos, bem como acidentes que vêm acontecendo desde já e que se agravarão com a chegada da próxima temporada de verão.

#### REQUERIMENTO N° 2661

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja pela Mesa determinado o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, do presente expediente, com a solicitação de que determine as providências que se fizerem necessárias, para que seja instalada uma linha telefônica no Colégio Estadual Humberto de Campos - Ensino de 1º e 2º Graus, da Cidade de Atalaia.

Cumprе ressaltar que referido estabelecimento de ensino, cuja fundação ocorreu em 15 de fevereiro de 1967, até a presente data não conta com uma linha telefônica, tendo sua direção e funcionários que utilizar os serviços do PS.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, a toda a Bancada Paranaense no Congresso Nacional no sentido de estudarem com muito carinho e vigilância permanente quanto a hipótese do Governo Federal embutir na reforma tributária, propostas que incluem o fim de contribuições que incidem sobre a folha de salário das empresas, entre elas, as referentes ao SESC, SENAC, SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Rubens Brustolin, Presidente da Federação do Comércio do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de propor uma redução de encargos trabalhistas, o Governo Federal tem insistentemente acenado com a hipótese de embutir na reforma tributária a ser encaminhada ao Congresso Nacional para exame dos Senhores Congressistas, propostas que incluem o fim de algumas das contribuições que incidem sobre a folha de salários das empresas, entre as quais, as referentes ao SENAC, SESC, SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE. Todos nós sabemos que essas contribuições não se somam e são pagas de acordo com a natureza da empresa, isto é, industrial, comercial ou de serviços. O ônus é exclusivo da empresa, sem onerar o trabalhador e especialmente sem qualquer participação pública.

Essas entidades aqui enumeradas funcionam como modelo de administração em benefício do trabalhador e seus dependentes, com bons exemplos que somos testemunhas aqui no Paraná e por certo em todos os recantos do nosso País, criadas por inicia-

tiva dos empresários exatamente para promover a paz social e para assegurar uma convivência harmoniosa capital-trabalho.

O que observamos no desenvolvimento é a vitalidade, a força que tem de se atualizar, de se modernizar, a abertura que demonstra com as novas conquistas da ciência e da técnica, bastando para comprovar que se veja o rol de atividades e cursos oferecidos aqui em Curitiba e no interior do Paraná, nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer.

Essa contribuição compulsória que nos referimos, já faz parte da cultura e dos custos das empresas, e o empresariado já comprovou seus benefícios, já tomou consciência da rentabilidade que significa esse investimento. E já comprovou também, a eficiência e a facilidade do atual sistema de recolhimento, por intermédio do INSS. Por sinal, forma que deverá também ser mantida para que seja mantida também a eficiência do recolhimento. A retirada desses encargos, sem dúvida nenhuma, significarão o fim dessas instituições, que devemos ficar atentos para o vazio que se criará, ao tempo que perguntamos, quem irá substituí-las? E de onde virá a fonte de recursos que certamente será necessária para manter uma instituição profissionalizante. Custa crer que, ao invés de se procurar fortalecer essas instituições que tantos e tão importantes serviços têm prestado à coletividade, queiram enfraquecê-las.

Estamos certos que a nossa Bancada no Congresso Federal se somará a preocupação de todos nós, produzindo um sentimento de esperança que não vão permitir que a nossa sociedade perca a imensa contribuição dessas instituições.

#### REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Especial, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente a todas as Prefeituras Municipais do Estado com pedido de informações em anexo.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão Parlamentar Especial, instituída com a finalidade de apurar a real situação econômica-financeira das Prefeituras Municipais, tomou a iniciativa em formular pedido de informações com questionário para que, com as respostas do Senhor Prefeito Municipal, possa cumprir as finalidades para às quais foi criada.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Especial constituída pela Assembleia Legislativa do Paraná, para apu-

rar a situação e financeira dos municípios paranaenses, venho solicitar de Vossa Excelência, que informe as obras e serviços conveniados com o Estado, que encontram-se paralisados ou cujos convênios foram denunciados sob qualquer motivo.

Tais informações são necessárias, tendo em vista que foi aprovada por esta Casa Legislativa a Comissão Especial para apurar a real situação econômica e financeira dos municípios.

Para apresentarmos soluções a grave crise por que passam os municípios, solicitamos responder ao questionário abaixo, informando qual o motivo da paralisação da obra, ou da denúncia do convênio.

- a) Obras conveniadas já iniciadas e paralisadas por qualquer motivo;
- b) Obras conveniadas cujo o convênio foi denunciado pelo Estado;
- c) Número estimado de habitantes separados por zona urbana e rural;
- d) Receita mensal da parcela do ICMS e FPM;
- e) Número de funcionários, valor da folha de pagamento e o percentual que estes representam em relação às receitas correntes dos municípios;
- f) Valores recebidos a título da municipalização do ensino de primeiro grau e saúde;
- g) Recebe Royalt do ICMS ecológico? Quais as obras executadas com estes recursos na preservação ambiental?
- h) Quantos e quais os programas especiais de atendimento à população estão em funcionamento?

Na oportunidade renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

#### REQUERIMENTO N° 2666

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, no sentido de atender o pedido dos moradores da Travessa Imbuia, Jardim Eucalipto, os quais pedem manilhamento em um esgoto a céu aberto ao lado do n° 88. Segundo os moradores, há dois anos lutam pelo benefício e nada conseguiram.

Ocorre que o esgoto está sempre entupido e sujo, exalando mau-cheiro, prejudicando assim a saúde da população.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2667

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar a ida de um guarda de trânsito em frente a Escola Adventista, localizada na Rua Fernando de Noronha, Boa Vista. Ocorre que os ônibus que fazem o transporte escolar, estacionam no meio da rua, prejudicando assim, segundo os moradores, a passagem dos pedestres.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio na Rua Einalda Ribas, Conjunto Aquila, ao lado do n° 942. Segundo os moradores esse terreno está cheio de mato, ratos, baratas, contaminando assim o quintal dos vizinhos. Pedem providências.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando do mesmo providências no sentido da instalação do Juizado de Pequenas Causas no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(.) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando providências no sentido da duplicação da rodovia que liga o Porto Charles Nauffall ao Município de Cambé.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 2678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando a construção de escola de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries

em Ponta Grossa, na Vila Tânia Mara, que atenderá mais de seiscentos (600) alunos.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender mais de seiscentos (600) alunos moradores da Vila Tânia Mara, Santa Mônica, Santa Lúcia, Baraúna e Rio Pitangui que atualmente para irem a outras escolas são obrigados a atravessar a Av. Monteiro Lobato (saída para Castro), correndo grande perigo devido ao tráfego intenso que já ocasionou inclusive mortes.

REQUERIMENTO N° 2681

Senhor Presidente.

O Deputado Péricles de Holleben Mello, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, enviar expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado requerendo a inclusão da APP-Sindicato na Comissão de Elaboração da Proposta de Implantação de Piso Nacional de Salário dos Professores.

Tal pedido se fundamenta na posição expressa pelo Exmo. Sr. Governador, em Reunião com a Direção da APP-Sindicato, no dia 30 de agosto último, que contou com a presença de representantes desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.09.95

( ) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento se faz necessário, pois a inclusão da APP-Sindicato na Comissão de Elaboração da Proposta de Implantação de Piso Nacional de Salário dos Professores foi acordada com o Governador, em reunião em que estiveram presentes diversos Deputados e até o presente momento ainda não foi efetivada.

A referida Comissão foi instituída com base na resolução da Conferência Nacional Educação Para Todos, que fixou um Plano Decenal para Educação, dentro do qual até 30 de Outubro próximo deveria ser estabelecido um piso nacional de salário para os professores. Em outros estados, onde Comissões similares foram instituídas, os sindicatos de professores, possuem sua representação, como por exemplo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da Rodovia PR-511, no trecho que faz a ligação da BR-277 com a

BR-116.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação desse trecho da PR 511, além de facilitar a ligação entre a BR-277 e a BR-116, trará grande benefício aos municípios de Balsa Nova, Contenda e Quitandinha. Por se tratar de uma região agrícola, grande produtora de batata, milho, feijão, etc., é de fundamental importância a melhoria das condições da referida rodovia, para escoamento das safras.

Outro aspecto a ser considerado é que, com tal providência, será evitada a passagem por Curitiba dos veículos que transitam de uma BR a outra.

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao douto Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação de duas estradas rurais do Município de Araucária, nos seguintes trechos:

- BR-476 - Campo Redondo-Lagoa Grande
- BR-476 - Espigão Alto-Tietê

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A Zona Rural de Araucária é constituída, na sua grande maioria, por pequenas propriedades, onde trabalham membros de uma mesma família.

A pavimentação dos trechos evidenciados, que já em 1990 faziam parte do "Programa de Pavimentação de Estradas Rurais", viria facilitar a saída para os centros consumidores de tudo o que é produzido naqueles minifúndios, hoje com uma grande diversificação, abrangendo a agricultura tradicional, a fruticultura e, em fase de crescimento, a piscicultura.

É preciso que haja uma conscientização da importância de se criar condições favoráveis à permanência do homem do campo em seu ambiente, evitando-se a migração desenfreada para as cidades, que nos últimos anos vem causando problemas de toda ordem, tanto para a administração pública como para os próprios migrantes.

REQUERIMENTO N° 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público em frente a Mercaria Angélica Surech, localizada na Rua Angelo Marqueto, n° 10, CIC.

O pedido está sendo feito pelos moradores que reclamam da falta de um aparelho telefônico nas proximidades. Esse benefício seria de grande importância para a população.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2703

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Augusta - CIC, os quais pedem um telefone público na Rua Ângelo Marqueto, próximo a Igreja Bom Jesus.

Segundo os moradores não existe um telefone nas proximidades e esse benefício será de grande utilidade para a população.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cópia ao Secretário de Estado da Educação, Dr. Ramiro Wahrhaftig, a fim de que seja doado ao Município de Cianorte um Ônibus para o transporte escolar.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento deve-se ao fato de que, a frota de ônibus existente no município não está suprimindo a necessidade de transporte de alunos, inclusive com lotação acima do normal.

Salientamos ainda que muitas crianças e adolescentes não frequentam a escola devido a falta de segurança dos ônibus existentes.

Somos sabedores que a educação é prioridade do Governo Jaime Lerner, no qual depositamos toda nossa confiança na atenção desta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal - DNER/PR, e ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a colocação de redutores de velocidade e sinalização adequada na BR-277, nos dois trevos de acesso ao Município de Irati, exatamente onde

existem dois viadutos, em virtude do perigo constante de acidentes, mormente para quem vem de Guarapuava, que na indecisão adentra a Rodovia onde veículos trafegam em alta velocidade.

Os redutores, conforme existem em Palmeira, Campo Largo e Guarapuava, sem dúvidas, pouparão acidentes e, por conseguinte, vidas.

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Cultura solicitando que seja agilizada a liberação de recursos financeiros, já solicitados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, para a preservação do prédio onde estão instalados o Centro de Criatividade e o Museu dos Campos Gerais (antigo Fórum) vinculados àquela Universidade

Sala das Sessões, em 20.09.95

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O prédio onde estão instalados o Centro de Criatividade e o Museu dos Campos Gerais, vinculados à Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, está tombado pelo Estado, devido ao seu valor histórico.

Atualmente está com problemas nas suas estruturas necessitando de reparos urgentes para a continuidade das atividades nele instaladas.

REQUERIMENTO N° 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado das Finanças, solicitando a expedição de certidão circunstanciada, constando a relação e montante dos precatórios requisitados pelo Poder Judiciário ainda não pagos, assim como quais os que foram liquidados no fluente ano, e quem efetuou os pagamentos, se a Secretaria de Finanças, ou o Banco do Estado do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado da Educação o seguinte pedido de informações:  
- Em que fase estão as negociações com a

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para a construção das escolas no Núcleo Habitacional Verona e no Bairro Tarobá?

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores daquelas comunidades há tempo reivindicam a construção das escolas e são informados que as mesmas estão na dependência de negociações entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO N° 2680

Senhor Presidente.

O Deputado Péricles de Holleben Mello, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração, no sentido de esclarecimentos quanto:

- Número total de professores e servidores públicos estaduais que se encontram em plena atividade na Rede Estadual de Ensino, enquanto pessoas físicas; e
- Número de professores e servidores públicos da Rede Estadual de Ensino aposentados, enquanto pessoas físicas, sob a responsabilidade do Estado.

Tal pedido se fundamenta no princípio da transparência administrativa, estabelecida pelo caput do Art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações sobre o número de professores e servidores públicos vinculados a Rede Estadual de Ensino são descontraídas, pois, em particular, os professores são considerados em função do número de escolas em que atuam. Neste sentido o número de professores é em muitos casos apresentados como maior do que de fato é. Esta informação, acreditamos é importante para o desenvolvimento dos trabalhos desta Casa de Leis quanto a educação.

REQUERIMENTO N° 2682

Senhor Presidente.

O Deputado Péricles de Holleben Mello, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, enviar Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que este preste esclarecimento sobre:

1. Montante mensal resultante dos gastos com salários de professores e servidores vinculados à Rede Estadual de Ensino na ativa.
2. Montante mensal resultante dos gastos com a remuneração de professores e servidores vinculados à Rede Estadual de

Curitiba, quarta, em 20.09.95

Ensino aposentados.

3. Montante mensal resultante dos gastos com encargos trabalhistas dos professores e servidores vinculados à Rede Estadual de Ensino.

Tal pedido se fundamenta no princípio da transparência administrativa, estabelecida pelo caput do Art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado tem reiteradamente afirmado que os gastos com os encargos salariais da Rede Estadual de Ensino, ultrapassam os limites constitucionais. Neste sentido para que conheçamos a extensão real do problema, são necessários os esclarecimentos sobre os pontos levantados por este requerimento.

REQUERIMENTO N° 2683

Senhor Presidente.

O Deputado Péricles de Holleben Mello, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, enviar Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de esclarecimento de:

1. Rubricas e discriminações dos gastos considerados como de pessoal no orçamento do Estado.
2. Respectivos valores atuais das rubricas e outros gastos considerados como de pessoal.

Tal pedido se fundamenta no princípio da transparência administrativa, estabelecida pelo caput do Art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

As recentes divulgações por parte do Governo do Estado de que os gastos com pessoal ultrapassam os limites constitucionais, não foram acompanhadas das especificações de rubricas e encargos concluídos nestes cálculos. Para que o Poder Judiciário possa compreender a dimensão do problema, é necessário o conhecimento dos itens que compõem este requerimento.

REQUERIMENTO N° 2711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, e à FUNDEPAR, solicitando informações sobre as obras, paralisadas há mais de 03 anos, da Escola Estadual João XXIII, no Município de Irati.

Trata-se de uma obra conveniada entre

o Estado e a Prefeitura que por divergências políticas da administração municipal, encontra-se até o presente momento inacabada, trazendo sérios prejuízos e transtornos ao corpo docente e discente daquela Instituição Educacional.

A Escola Estadual João XXIII, está situada na populosa Vila São João, atendendo cerca de 600 alunos, nos seus turnos.

Para esclarecimentos, requeremos as seguintes informações:

1. Qual o valor do convênio e a data da assinatura;
2. Quantas parcelas foram repassadas e quais as datas;
3. Se houve termo aditivo, qual o valor e a data dos repasses;
4. Qual a previsão para o término da obra.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 368/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a aplicação do disposto no inciso I do artigo 2° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, para realização de plebiscito visando a criação dos seguintes municípios:

Encantado do Oeste, Água Boa, Esperança Nova, Bragantina, Vila Nova, Cachoeira, Jacutinga do Ivaí, Iguatemi do Paraná, Tereza Cristina, Palmeirinha, Ouro Verde do Sul, Witmarsum do Paraná, Porto Novo, Campinho, Bom Jesus do Sul, Areia Branca dos Assis, Palmitópolis, Antonio Paranhos, Novo Sarandi, Joatesse, Prado Ferreira, Pirapó e Rio Branco do Ivaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI

NEREU ALVES DE MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo fazer justiça em relação aos municípios supra relacionados.

Os projetos de resolução de alguns destes distritos tiveram seu início nesta Casa, antes de vigorarem os números obtidos através do Censo de 1991. Desta forma, no início de sua emancipação, preenchiam os requisitos exigidos pela Lei em vigor à época, os quais foram alterados pela promulgação da Lei 56/91, tendo sido prejudicados com alteração dos predicativos legais.

A emancipação destes municípios acabou gerando na população das localidades uma

grande expectativa quanto à sua transformação em município, tendo em vista principalmente as plenas condições de emancipação que os referidos distritos possuem.

Com o presente projeto de lei vislumbramos acabar com as injustiças geradas às localidades já citadas, evitando que se utilize dois pesos e duas medidas para se tratar do mesmo assunto e contamos com o apoio de todos os Parlamentares desta egrégia Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 369/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Estado do Paraná, nos termos desta lei, autorizado a efetuar o pagamento de indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos e agentes públicos do Estado do Paraná, ou em quaisquer de suas dependências.

§ 1° - Somente terão direito à indenização os que comprovadamente sofreram serviços que deixaram comprometimento físico ou psicológico, e o requiriram diretamente no prazo de sessenta dias, contados da instalação da Comissão Especial de que trata o artigo seguinte, e anteriormente não hajam pleiteado ou obtido ressarcimento por danos físicos ou morais.

§ 2° - O pagamento de eventual indenização pela União Federal, fundada em iguais motivos, não inibe o recebimento da que ora se estabelece.

Art. 2° - Fica constituída uma Comissão Especial, composta por nove membros, com a atribuição de:

I - proceder ao reconhecimento oficial dos que se enquadrem nas hipóteses tipificadas no parágrafo único do artigo anterior;

II - oferecer, no prazo de sessenta dias, parecer sobre os pedidos de indenização que lhe tenham sido submetidos, fixando o seu respectivo montante de acordo com a extensão e gravidade das seqüelas, obedecido, neste particular, o disposto no art. 6° desta lei.

§ 1° - Dos nove membros da Comissão Especial, três serão escolhidos pelo Governador do Estado, dentre representantes de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos; um, pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná; um, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; um, pelo Ministério Público do Estado do Paraná; um, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; um representante dos que à época tenham sido detidos, e um, pelo Conse-



lho Estadual de Saúde.

§ 2º - O Governador do Estado indicará o Presidente da Comissão, que terá voto de qualidade.

§ 3º - A Comissão poderá requisitar funcionários públicos estaduais, para assessorá-la.

§ 4º - A Comissão funcionará junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que lhe prestará todo apoio e infraestrutura necessários.

§ 5º - A Comissão instalar-se-á no prazo máximo de quarenta e cinco dias contados da publicação desta lei, e disporá de sessenta dias, contados de sua constituição, para concluir os trabalhos.

Art. 3º - Para os fins do disposto pelo parágrafo único do art. 1º desta lei, os interessados deverão requerer à Comissão Especial a análise de seus casos, instruindo o pedido com as informações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - A indenização será paga diretamente ao requerente, vedado o pagamento feito através de procuração, ou ao cônjuge, companheiro ou companheira, descendentes ou ascendentes.

Art. 5º - As indenizações não serão superiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nem inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e para sua fixação levar-se-ão em conta os resultados lesivos, considerando-se em ordem descendente de gravidade:

- I - invalidez permanente;
- II - transtornos psicológicos;
- III - invalidez parcial; e
- IV - outras lesões físicas.

Art. 6º - Deferido o pedido, a Comissão o encaminhará ao Governador do Estado, que baixará o decreto de reconhecimento da obrigação de indenizar, fazendo-se o respectivo pagamento no prazo máximo de trinta dias.

Art. 7º - O poder Executivo regulamentará esta lei dentro de trinta dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

Está viva na memória coletiva da sociedade brasileira a extrema crueldade com que foram tratados dezenas, centenas de concidadãos nossos, a partir de setembro de 1961, especialmente os que tiveram os direitos políticos cassados ou suspensos pelo regime de exceção instaurado no País

em 31 de março de 1964.

Além do desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, legitimado o arbítrio através dos vários bárbaros meios e métodos de repressão, que nada deixaram a dever aos dos tempos do nazi-facismo, quando, ao menos, havia uma guerra oficialmente declarada.

Confissões obtidas sob torturas, culminaram, não raro, com a incapacidade física ou a morte das vítimas, tudo sob o pretexto de reprimir a participação em atividades políticas consideradas "subversivas", em especial entre setembro de 1964 e agosto de 1979.

São fatos recentes, sabemos todos, e deles cicatrizes profundas resultaram, que ainda cobrem de vergonha a Nação brasileira, principalmente aos olhos dos que de fora nos observam. Afinal de contas, onde estava a famosa cordialidade de nossa gente, celebrada em prosa e verso?

Houve é certo ações e reações terroristas, por igual condenáveis, vitimando inocentes, e muitos dos que apenas cumpriam o seu dever. Nada justificava, no entanto, as arbitrariedades praticadas contra os que se achavam sob a custódia do Poder Público, menos ainda contra famílias indefesas, crianças, até.

Muitos anos decorreram antes que a semente da reconciliação fosse plantada. A Lei da Anistia, em 1979, trazendo em seu bojo elevados propósitos de concórdia e de pacificação internas, politicamente foi perfeita. À moda de absolvição coletiva, esponja que se passasse sobre as lágrimas e o sangue derramados, se por um lado nivelou algozes e vítimas, culpados e inocentes, por outro impediu que os mútuos ressentimentos se eternizassem ou convertessem em guerra fratricida. Eis o seu grande mérito, e devemos proclamá-lo.

Era pouco, muitíssimo pouco, no entanto.

Faltava-nos o principal, o reconhecimento público, oficial, só agora feito, da responsabilidade do Estado brasileiro pelos atos praticados por seus próprios órgãos e agentes, sob as vistas coniventes do Poder Central.

É o ponto culminante da luta dos que viram os familiares presos, torturados, mortos nos porões da ditadura, sem que relativamente a estes pudessem sequer obter um simples atestado de óbito. O rótulo de "Desaparecidos", que lhe pespegaram, constituía um insulto à sua memória e um achincalhe à honra nacional.

Louve-se o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele próprio punido pela repressão, pela iniciativa de fazer indenizar os que vitimados foram.

Marco significativo do caminhar do povo brasileiro rumo à plenitude democrática.



ca, a medida que o Governo Federal vem de tomar, já ratificada pela Câmara dos Deputados, não deve parar por aí.

Se não mais se pode discutir a responsabilidade direta da União, como se fez nos casos Vladimir Herzog e Manuel Fiel dos Santos, e em tantos outros, que estranhamente ainda aguardam o julgamento definitivo nas prateleiras abarrotadas de autos do Judiciário, é preciso estendê-la também aos Estados, inclusive ao nosso.

Generalizada, a violência ceifou vidas preciosas e lesionou irremediavelmente muitos que apenas defendiam pontos de vista que não se coadunavam com a doutrina oficial do regime.

Não é segredo que durante a fase mais negra da ditadura agentes públicos cometeram arbitrariedades aberrantes em dependências próprias do Poder Público Estadual, como no antigo DOPS e no Presídio do Ahú.

Só estes fatos indesmentidos nos fazem co-reponsáveis pelos eventos lesivos causados às vítimas confiadas à custódia do Estado do Paraná.

Para desagrává-las, nada mais justo que as indenizar também, ao menos pelos danos morais sofridos, uma vez que é impossível devolver-lhes a plenitude dos movimentos físicos, a higidez mental, a paz interior, comprometidas por seqüelas que não se quantificam em termos financeiros.

A propositura deste projeto de lei se visa reconhecer a co-responsabilidade do Estado do Paraná pelos danos causados aos que foram confiados à sua guarda, por lado outro pretende proclamar a solidariedade de nosso povo e de nossa gente às famílias enlutadas ou irremediavelmente feridas pela violência e o arbítrio.

Seu arcabouço é bem simples. Uma Comissão Especial, composta por representantes do Poder Público e da sociedade civil, examinará os pedidos das vítimas, fixando-lhes as respectivas indenizações entre mil e trinta mil reais, valor ínfimo, reconhece-se, diante da gravidade das lesões, mas simbólico o suficiente para expressar-lhes a nossa dor comum.

Estamos certos de que, acolhido pelos nossos eminentes Pares, o projeto reafirmará o compromisso do Poder Legislativo do Estado do Paraná com os Direitos Humanos e a Democracia, resgatando, inclusive, injustificáveis omissões eventualmente cometidas no passado.

No que se refere aos de minha geração, terá o condão de resgatar a dívida que contraímos perante as vítimas, muitas delas heróis, anônimos que se sacrificaram pelos sonhos de liberdade e justiça social.

PROJETO DE LEI Nº 370/95  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

A APMI tem como função a nobre tarefa da proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência em geral, promovendo o auxílio às crianças, adolescentes e gestantes reconhecidamente pobres.

Proporciona também a recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar.

As futuras mães é dada toda a instrução necessária no que se refere à saúde e alimentação do bebê, reservando-se especial atenção no preparatório pré-natal.

É pela nobreza das atividades exercidas pela APMI que solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente a ser lido, concedemos a palavra ao Senhor Deputado Carlos Simões, no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS SIMOES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ilustres visitantes.

Nosso Projeto que entra hoje em 1ª Discussão, do Deputado Carlos Simões e temos agora a participação do Deputado Cesar Seleme, que vai participar com o substitutivo geral.

Esse Projeto é de um alto interesse social. Estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o programa estadual de proteção a pessoa deficiente e dá outras providências.

O Projeto é grande, nós já temos a oportunidade de quando nós apresentamos o Projeto aqui na Assembléia de discorrer sobre o projeto e trazer os detalhes mais interessantes.

Estamos falando das pessoas portadoras de deficiência, que hoje são em nosso País, uma verdadeira legião. Somam mais de 8% da população e apesar dos esforços isolados de política social na área de deficiência, muito ou quase nada é feito por esse significativo segmento da nossa sociedade. Em países como os Estados Unidos, por exemplo, existe uma preocupação muito grande em atender as necessidades das pessoas portadoras de deficiências.

Todas as construções de obras públicas passam por uma rigorosa avaliação no sentido de adequarem rampas e acessos aos usuários de cadeiras de rodas ou com dificuldades de locomoções ou para qualquer outro tipo de deficiência.

O mesmo não acontece em Curitiba, no Paraná, e no Brasil. Não há essa preocupação no Brasil com o deficiente de um modo geral ou portador de alguma deficiência.

Com esse projeto visamos dar prosseguimento e regulamentação das garantias e dos direitos das pessoas portadoras de deficiência de acordo com as Constituições Estadual e Federal.

Precisamos não só das prioridades ao atendimento básico, tais como saúde, educação e lazer, mas, indicar um amplo programa de prevenção e com isso evitar que aumente o número de pessoas com deficiências no Brasil.

E ainda mais, para que essas pessoas tenham respeito, carinho e cidadania nesse Brasil.

Nós temos tantas qualidades, esse é um País extraordinário, Deus foi maravilhoso quando fez o Brasil, dando clima bom, terra boa, gente boa.

Não podemos então segregar as pessoas, segregar segmentos da sociedade. Por isso esse nosso Projeto, essa nossa intenção de propor ao Governador do Paraná, de propor a sua assessoria condição legal para que o Governo possa através de um instrumento legal que será esse projeto, de atuar efetivamente e definitivamente na classe dos portadores de algum tipo de deficiência. Companheiro Seleme, Deputado Seleme, no projeto, na segunda votação vai entrar o Substituição Geral que vai aparar algumas arestas técnicas e legais, que tinha no projeto original.

Mas, Senhores Deputados, Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, a intenção nossa é sadia, é pura, é sã, de realmente amparar as autoridades do Paraná, de um instrumento legal para agir nesse sentido. Obrigado pela presença dos visitantes e aos Deputados fica, em nome dos deficientes do Paraná, o nosso apelo.

O Sr. Cesar Seleme - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Carlos Simões, Vossa Excelência foi feliz na apresentação deste projeto.

Estou me somando com Vossa Excelência para vermos aprovado esse Conselho, esse Projeto que tão bem fala da política estadual, do atendimento dos direitos das pessoas portadoras a nível de Estado do Paraná, a nível de município de Curitiba, eu já fui autor do projeto que cria o Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência e Vossa Excelência pode estar certo, vamos

acompanhar, tudo o que for necessário para aprovação desse projeto nós vamos fazer, porque nós temos entendimento já com o Governo, com a Dona Fany, que é necessário a criação desta Lei. Vossa Excelência está de parabéns e o César Seleme acompanha Vossa Excelência na votação.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

Também quero destacar aqui o papel de Jane que nos assessorou de maneira técnica e com conhecimento de causa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Beto Richa.

O SR. BETO RICHÁ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Estou submetendo à consideração de Vossas Excelências, Projeto de Lei, através do qual o Estado do Paraná assume a obrigação de ressarcir os que sofreram lesões físicas e transtornos psicológicos, durante o período em que estiveram sob a guarda dos órgãos e agentes públicos estaduais, de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

Trata-se, é certo, de indenização simbólica, mas expressiva, menos pelo seu valor financeiro, que é de pequeno montante, mas pelo reconhecimento oficial da co-responsabilidade do Poder Executivo paranaense pela violência e arbitrariedades praticadas.

Como dissemos na justificativa, está viva na memória coletiva da sociedade brasileira a extrema crueldade com que foram tratados dezenas, centenas de concidadãos nossos, que tiveram os direitos políticos cassados ou suspensos pelo regime de exceção instaurado no País.

Além do desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, em consequência legitimado o arbítrio através dos vários Atos Institucionais, recorreu-se aos mais bárbaros meios e métodos de repressão, que nada deixaram a dever aos dos tempos do nazi-fascismo, quando, ao menos, havia uma guerra oficialmente declarada.

Confissões obtidas sob torturas, culminaram, não raro, com a incapacidade física ou a morte das vítimas, tudo sob o pretexto de reprimir a participação em atividades políticas consideradas "subversivas", em especial entre setembro de 1961 e agosto de 1979.

São fatos recentes, sabemos todos, e deles cicatrizes profundas resultaram, que ainda cobrem de vergonha a Nação brasileira, principalmente aos olhos dos que de fora nos observam.

Afinal de contas, onde estava a famosa cordialidade de nossa gente, celebrada em

prosa e verso?

Houve, é certo, ações e reações terroristas, por igual condenáveis, vitimando inocentes e muitos dos que apenas cumpriam o seu dever.

Nada justificava, no entanto, as arbitrariedades praticadas contra os que se achavam sob a custódia do Poder Público, menos ainda contra famílias indefesas, crianças até.

Muitos anos decorreram antes que a semente da reconciliação fosse plantada. A Lei da Anistia, em 1979, trazendo em seu bojo elevados propósitos de concórdia e de pacificação internas, politicamente foi perfeita.

A moda de absolvição coletiva, esponja que se passasse sobre as lágrimas e o sangue derramados, se por um lado nivelou algozes e vítimas, culpados e inocentes, por outro impediu que os mútuos ressentimentos se eternizassem ou convertessem em guerra fratricida.

Eis o seu grande mérito, e devemos proclamá-lo, mas era pouco, muitíssimo pouco.

Faltava-nos o principal, ou seja, o reconhecimento público, oficial, só agora feito, da responsabilidade do Estado brasileiro pelos atos praticados por seus próprios órgãos e agentes, sob as vistas coniventes do Poder Central.

É o ponto culminante da luta dos que viram os familiares presos, torturados, mortos nos porões da ditadura, sem que relativamente a estes pudessem sequer obter um simples atestado de óbito.

O rótulo de "Desaparecidos", que a muitos pespegaram, constituía um insulto à sua memória e um achincalhe à honra nacional.

Louve-se o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele próprio punido pela repressão, pela iniciativa de fazer indenizar os que vitimados foram.

Marco significativo do caminhar do povo brasileiro rumo à plenitude democrática, a medida que o Governo Federal tomou, já ratificada pela Câmara dos Deputados, não deve parar por aí.

Se não mais se pode discutir a responsabilidade direta da União, como se fez nos casos Vladimir Herzog e Manuel Fiel dos Santos, e em tantos outros, que estranhamente ainda aguardam o julgamento definitivo nas prateleiras abarrotadas de autos do Judiciário, é preciso estendê-la também aos Estados, inclusive ao nosso.

É assente hoje em todo o mundo, inclusive entre nós, que o Poder Público responde civilmente pelas ações, e omissões, também, de seus agentes quando no exercício do poder de polícia. E mais ainda em casos como estes, em que os direitos humanos foram desrespeitados, pretensamente em

nome da segurança nacional.

Generalizada, a violência ceifou vidas preciosas e lesionou irremediavelmente muitos que apenas defendiam pontos de vista que não se coadunavam com a doutrina oficial do regime.

Senhores Deputados.

Não é segredo que durante a fase mais negra da ditadura agentes públicos cometeram arbitrariedades aberrantes nas várias dependências do Poder Público Estadual, como no antigo DOPS e no presídio do Ahú.

Membros desta Casa, a exemplo do ex-Deputado Walter Pecoits, foram lesionados, e outros tantos punidos com a cassação sobremaneira injusta, como o nosso atual Presidente, Anibal Khury.

Só estes fatos, indesmentíveis, já nos tornam, co-responsáveis pelos eventos lesivos causados às vítimas confiadas à custódia do Estado do Paraná.

Para desagravá-las, nada mais justo que indenizar também, os que vivos estiverem, ainda que através de valores simbólicos, ao menos pelos danos morais sofridos, uma vez que é impossível devolver-lhes a plenitude dos movimentos físicos, a higidez mental, a paz interior, comprometidas por seqüelas que não se quantificam em termos financeiros.

A propositura deste Projeto de Lei, por um lado visa então reconhecer a co-responsabilidade do Estado do Paraná pelos danos causados aos que foram confiados à sua guarda. E, por outro, pretende proclamar a solidariedade de nosso povo e de nossa gente às famílias enlutadas ou irremediavelmente feridas.

Seu arcabouço é bem simples. Uma Comissão especial, composta por representantes do Poder Público e da sociedade civil, examinará os pedidos das vítimas, fixando-lhes as respectivas indenizações entre cinco mil e trinta mil reais, valor ínfimo, reconhece-se diante da gravidade das lesões, mas simbólico o suficiente para expressar-lhes a nossa dor comum.

Estamos certos de que, acolhido por Vossas Excelências, eminentes pares, o projeto reafirmará o compromisso do Poder Legislativo do Estado do Paraná com Direitos Humanos e a Democracia, resgatando, inclusive, injustificáveis omissões eventualmente cometidas no passado.

E no que se refere aos de minha geração, terá o condão de saldar a imensa dívida que contraímos perante as vítimas, muitas das quais heróis anônimos, cujo pecado maior foi sonhar com a liberdade e a justiça social.

Ademais, o Paraná, que tem uma tradição de civismo, herdada em boa parte dos milhares de imigrantes que lhe construíram a civilização e o desenvolvimento; o Paraná, pioneiro da democracia participativa;

o Paraná o mais politizado dos Estados brasileiros; certamente também será o primeiro a reconhecer o direito à indenização das vítimas da violência e da tortura. E, assim procedendo, terá mais uma vez se imposto ao respeito da Nação.

Muito obrigado.

O **Sr. Romanelli** - Deputado, me concede um aparte?

O **SR. BETO RICHA** - Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O **Sr. Romanelli** - Deputado Beto Richa, queria em nome da Bancada do PMDB nos solidarizarmos pela grandeza, pela generosidade e fundamentalmente pela sensibilidade com que V.Exa. apresenta este projeto, que é um projeto extremamente importante, principalmente no momento em que a Nação procura reparar os danos que foram cometidos contra inocentes que lutavam, de forma idealista, por um Brasil melhor.

E sabemos, e é claro não é o caso de relatarmos os nomes de pessoas que conhecemos, e tenho recebido, ao longo da minha vida, mas especialmente este ano, em meu Gabinete, o grupo que compõe, aqui no Paraná, o Tortura Nunca Mais, para que se possa reparar, e este seu projeto vem de forma extraordinária porque ele é uma forma compensatória para estabelecer uma pequena indenização. Mas aqueles, não os que morreram, mas os que estão vivos, os que vivem com seqüelas, seqüelas físicas, emocionais, psicológicas, que certamente o Paraná deve a estes cidadãos, a estes que lutaram por uma sociedade mais justa, uma satisfação.

Por isso quero parabenizar V.Exa. porque este é um projeto que marcará a sua atuação na vida pública e especialmente nesta Casa, porque tenho a certeza que embora a maioria dos Deputados vá apoiar este projeto, poucos teriam a coragem de tomar a iniciativa que V.Exa. está tomando.

Por isso quero, em nome da Bancada do PMDB, garantir a V.Exa. que vamos apoiar este projeto porque ele é altamente significativo. O número de pessoas que serão atendidas não é um número extraordinário, mas vamos reparar, materialmente, pelo menos injustiças que foram cometidas contra cidadãos que lutavam por um Paraná, por um Brasil, por uma sociedade mais justa.

Meus parabéns a V.Exa. por apresentar este projeto.

O **SR. BETO RICHA** - Agradeço o aparte do ilustre Deputado.

O **SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Ouviremos o Deputado Tureck.

O **SR. NELSON TURECK** - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo mais uma vez essa tribuna para dizer do acontecimento que foi realizado no município de Campo Mourão, região centro-oeste do Paraná. Dizer aqui, com satisfação com muita alegria que recebemos o diretório regional do PDT em Campo Mourão para mais um Encontro Regional das lideranças do Partido do Trabalho e em especial, aos nossos companheiros, aos nossos Deputados Edno Guimarães, de Cianorte, que foi levar a mensagem, não só da região de Cianorte, mas também a mensagem do Estado do Paraná, por um estado mais fortalecido, por um estado mais humano, voltado aos interesses da população de todos os setores e valeu muito neste encontro, as palavras do Deputado Edno Guimarães, que levou a sua experiência como um grande prefeito que foi, da Cidade de Cianorte. Também ao Deputado Walmor Trentini que não deixou e foi lá levar o abraço aos pedetistas, levar o seu conhecimento, a sua mensagem de fé e de esperança para que se traduzam em vitória, em prosperidade, em trabalho e de termos um Paraná mais moderno, mais modesto e mais fraterno. Obrigado ao Walmor Trentini pela sua presença e também ao Basílio Zanusso, de Nova Esperança, que foi nos visitar. Muito obrigado, Deputado, pela sua presença, um senhor que é um grande deputado, com tantas lideranças com tantos anos de mandato e foi lá prestigiar, sendo de outro partido e nós nos orgulhamos muito. Ficamos contentes, porque aquele evento, contou com a presença de 41 cidades do Estado do Paraná e mais contentes ainda ficamos, por ser o representante, Senhor Presidente, o líder Algaci Túlio, que não foi possível a sua presença, também o líder do PDT, Valdir Rossoni, com compromissos lá em Cascavel, na entrega de Título de Cidadão Honorário ao nosso Presidente Anibal Khury.

O **Sr. Geraldo Cartário** (V.Exa. me concede um aparte?)

Assentimento.

Quero parabenizá-lo pelo encontro de Campo Mourão e queria justificar que eu era o motorista que estava conduzindo o Deputado Luiz Carlos Martins e o Deputado Rossoni. Houve uma recepção muito grande em Cascavel, por parte do Deputado Edgar Bueno e foi um dos motivos de não podermos chegar a Campo Mourão, mas fui o culpado de não poder conduzir o líder e o 1º Secretário a esse famoso encontro de Campo Mourão.

O **SR. NELSON TURECK** - Obrigado pelas suas palavras e é lógico que a não presença do líder Algaci Túlio e a não presença do líder do PDT, não deixaram de dar brilho,

porque o importante é a força unida, a vontade, a esperança de lutar, de brigar por um Paraná melhor que nós vemos hoje, dentro do PDT e com todo o respeito aos demais partidos dessa Casa de Leis, porque nós estamos hoje num tempo novo, num tempo moderno, é o Paraná Novos Caminhos do Governo do Paraná, junto com os Senhores Deputados para fazer aquela verdadeira transformação que este Estado do Paraná quer dar como exemplo ao Brasil.

Quero aqui também deixar registrado com muita satisfação, com muito orgulho, de receber na última sexta-feira em Campo Mourão e no Município de Luiziania, do qual fui prefeito o nosso Secretário da Segurança Pública, Cândido que foi lá fazer a entrega de viaturas para o Município de Peabiru, Moreira Sales, Roncador, Mamborê e Luiziania e muito feliz ficou a nossa comunidade, as lideranças que foram ali recepcionar esse grande secretário, secretário Nota 10 do Governo do Paraná.

Uso a Liderança do PDT.

Quero dizer também que foi uma honra muito grande receber o secretário Candinho que tem uma experiência de 200 anos daquilo que ele traduz, daquilo que ele transmite, aquela confiança, aquela seriedade, aquela vontade de fazer a verdadeira transformação junto com o governo Jaime Lerner, aquilo que o Paraná precisa e vai conseguir na área da Segurança Pública, parabéns a esse grande secretário que com isso só vem engrandecer os trabalhos do Estado do Paraná.

Queria também dizer aqui e fazer um convite especial ao Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury e aos demais Deputados, nós vamos receber no dia 25 em Luiziania o nosso grande Secretário da Agricultura, que vem fazendo um grande trabalho frente a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, é o secretário feijão com arroz, secretário simples que trabalha, não tem preguiça e que tem andado em todos os municípios, que é o nosso Secretário Hermas Brandão, que estará fazendo inaugurações, às 10:00 horas estaremos em Quinta do Sol, 12:00 em Luiziania e estaremos às 16:00 horas em Ubiratã. E convido aos Senhores Deputados, porque Luiziania comemora mais um ano de política administrativa de emancipação. Município que hoje é considerado da região da CONCAN dos 24 municípios é o 7º, graças a um trabalho de união que nós fizemos ali, é o prefeito com os seus vereadores e com as suas lideranças e nós estaremos lá nesta segunda-feira para entregar mais obras.

Aos Deputados que aqui estão, ao nosso líder do governo Deputado Algaci Túlio que muito nos tem honrado pelo seu brilhante trabalho que tem feito nesta Casa e também o nosso líder do PDT Valdir Rossoni que

tem demonstrado a sua capacidade de resolver os problemas juntamente com o governo do Paraná e nós nos sentimos honrados por isso.

Para encerrar Senhor Presidente, é aquilo que nós sempre fazemos a política, aquela que o povo elege o Vereador, o Prefeito, o Deputado, o Governador, o Senador, nós somos empregados do povo, trabalhar para honrar o voto recebido e isso nós temos feito dia-a-dia e juntamente com os Senhores Deputados o apoio que nós recebemos aqui nesta Casa de Leis, isso é muito importante e nos fortifica e nos dá a razão, a vontade de brigar, mesmo em situações difíceis como nós encontramos a nossa agricultura hoje, o nosso comércio, a nossa indústria, mas este Paraná é a força, é a vontade, o Paraná pela sua experiência de administração que nós temos do Governador Jaime Lerner hoje, é a força de vontade, é a esperança das realizações que nos levam, que nos guiam rumo a vitória. Na paz, assim como na guerra a união produz a vitória. E vai ser a vitória do Legislativo como tem sido desse grande Presidente Anibal Khury e que muitas coisas estou aprendendo e levo todo o respeito e a consideração ao nosso interior do Estado do Paraná.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que o Senhor me desse a oportunidade de saudar duas grandes Lideranças de Cascavel o Juarez e o Marcos Farias também o nosso Prefeito de Palotina o Senhor Luiz Ernesto Giacometti. Faço essa saudação também em nome do Deputado Edno Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrado. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero passar algumas informações a respeito da nossa reunião que aconteceu hoje pela manhã, que por uma deferência especial do Deputado Geraldo Cartário, que é o nosso Presidente da Comissão Especial que está começando os seus trabalhos fazendo estudos a respeito da situação dos municípios do Estado do Paraná. Posso informar que hoje pela manhã a partir das 9 horas, com a presença dos Deputados Edno Guimarães, Elio Rusch, Emerson Nerone e este que vos fala e do Presidente Cartário nós nos encontramos na Associação dos Municípios do Paraná, com o Presidente Luiz do Amaral e com mais de 30 Prefeitos.

O assunto é aquele que estava na pauta, é este que os Deputados tem conhecimento, pelas dificuldades que passam os municípios do Estado do Paraná, pelo fe-



chamento de algumas Prefeituras que estão aí fechando as suas portas, fazendo um expediente somente, pelo menos, parte dos Municípios do Estado do Paraná. Foi discutido lá sobre uma emenda à nossa Constituição Senhor Presidente, aonde eles estão fazendo um apelo a V.Exa. que pudesse colocar em pauta aquela que versa sobre os 10% da Educação, foi falado muito sobre a Lei Ecológica do Deputado Neivo Beraldin, e faremos um estudo a partir do ano que vem, ou talvez no final desse ano, com algumas propostas que vem dos Prefeitos para ser talvez alternada a Lei de autoria do Deputado Neivo. Falou-se também sobre a Reforma Tributária que está se procedendo, pelo menos estava se procedendo no Congresso Nacional e que agora sofreu uma paralização e o que preocupa os Prefeitos do Estado do Paraná, é pelo fato de não haver assim no noticiário, não se fala dos municípios, não se fala das dificuldades que os Municípios estão atravessando, não se levanta a questão da falta de recursos aonde realmente estão os problemas, estão as riquezas, mas ali estão também as grandes dificuldades do povo brasileiro, principalmente nos municípios aqui do Estado do Paraná. E a preocupação dos atuais administradores municipais é exatamente pelo fato de estarem passando quase que no anonimato, muito embora tenha ido a Brasília seguidamente, muito embora eu tenha feito algumas caravanas, algumas marchas a Brasília, eles tem tido a oportunidade de ver quando se fala da Reforma Tributária, da Reforma Fiscal, os Municípios ficam praticamente no anonimato. Isto tem preocupado e muito os Prefeitos e com razão, haja vista a intenção do Governo Federal de federalizar o ICMS, o IPI e o próprio ISS, centralizando mais ainda a arrecadação e não se vê um movimento a nível de Brasília muito forte na defesa dos Municípios paranaenses e dos demais brasileiros. Ficou decidido que na terça feira agora, próxima, haverá uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça na Sala de Reuniões com a presença de 8 prefeitos que foi extraído da Associação dos Municípios do Estado do Paraná da Associação dos Municípios do Paraná, juntamente com os Parlamentares que compõem esta Comissão Especial e nós haveremos de nos reunir sob a presidência do Deputado Cartário, na Sala das Reuniões, 3ª feira às 10:00 horas, aonde será elaborado um documento e este documento será discutido aqui em Plenário e será posteriormente encaminhado ao Governador e ao Presidente da República, aos Deputados Federais, aos Ministros e assim por diante.

Eram essas as informações que queria repassar em nome da Comissão, por deferência do Deputado Geraldo Cartário, lembrando

do aos membros da Comissão do Bloco Municipalista, que a presença dos Senhores Deputados nas reuniões é muito importante. Os prefeitos estão passando por uma situação de dificuldade. O Deputado Edno Guimarães colocou claramente a situação dos municípios que ele representa no norte do Paraná e que estão à beira da insolvência, senão, falência.

Agradeço a deferência e peço desculpa ao Deputado Nelson Tureck, de ter usado a palavra, após o seu brilhante discurso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo, no Grande Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, comunicar a esse Plenário que no próximo dia 06 de outubro estaremos realizando, nós Deputados componentes da CPI da Prostituição Infantil, um Fórum Paranaense, intitulado "Quem cala consente - em busca de soluções" para o problema da prostituição infantil do Estado do Paraná, que é um problema social, policial, é um problema ligado às questões de crise, às questões de negligência e o gerenciamento tem que ser participação múltipla da sociedade, dos poderes municipal e estadual e dos três Poderes Constituídos e essa discussão de solução é o que estaremos discutindo nesse 6 de outubro.

Em segundo lugar, apenas um relato de que nós, representamos a Assembléia Legislativa, estivemos no último fim de semana, num Seminário Internacional em Porto Alegre, onde se debateu o meio ambiente no âmbito do MERCOSUL e as experiências de interação européia, onde pudemos conversar com vários Deputados do Parlamento europeu, representantes do Instituto de Relações Europa-Latino América e também o Instituto Padre Landel, de Porto Alegre, juntamente com o instituto Konrad Adenauer, promotor do evento.

O que me traz à tribuna é a preocupação com a divulgação em nota. Duas notas do Governo Federal e especialmente do Ministro da Justiça Nelson Jobim, quando ele diz panfletariamente que aqueles agricultores sem terra que estão ocupando uma terra, uma área em litígio, área improdutiva, poderão ser excluídos do programa de reforma agrária do Governo Federal. Isso é uma declaração irresponsável de quem desconhece o problema da terra, a luta pela terra, secular, no Brasil. Só se está discutindo nesse momento, reforma agrária no Brasil, porque houve provocações. Aliás, as autoridades brasileiras têm especialmente, do Governo Federal, trabalhando em

cima de demandas e não na vanguarda de dar soluções e caminhos para o Brasil e as soluções de demanda, entre elas, está a questão da reforma agrária.

Ora, no consumo no comércio, dando impulso à pequena indústria, os empresários com total apoio em cima dessa ocupação que agora está dando resultado, dizer a essas pessoas que dizem que a ocupação da terra, aqueles que ocuparam a terra estão fora do processo de reforma agrária, desconhecem completamente o Brasil, não tem sintonia com a realidade da luta da terra no Brasil.

Lembro ainda que a questão da terra não passa só pelo movimento sem terra, junto com os índios e também os atingidos por barragens. Na segunda-feira nós tivemos aqui uma manifestação importante, Deputado Nereu Moura, quando falava de uma ocupação que teve lá no sudoeste, justamente num momento que nós estamos tratando dos atingidos pela barragem de Salto Caxias. Também um outro Deputado que é um grande conhecedor do movimento da luta pela terra, Deputado Augustinho Zucchi, com quem eu tenho tabulado várias informações, sabe que o que anda acontecendo em Brasília é de uma tremenda irresponsabilidade. Tamanha irresponsabilidade quando nós temos o Presidente do INCRA oriundo da UDR. Então uma manifestação destas só pode vir mesmo do Brasília Araújo Netto que desconhece a luta pela terra dos excluídos, mas sabe ter uma visão da terra do lado daqueles que governaram sempre, manipulando a propriedade fundiária para valorização pessoal, sem desconhecer que a terra é um instrumento de trabalho. Ela jamais pode ser comparada a outro produto qualquer como a casa, como um carro, porque a terra não se reproduz. A terra Deus deu uma quantidade única. Então nós temos que discutir sobre este parâmetro global da terra.

Dizendo ainda que essa pessoa ou realmente colabora para que tenhamos no Brasil um verdadeiro programa de reforma agrária ou que ele peça demissão do Incra, porque com esta irresponsabilidade nós não podemos admitir.

Ora, no momento em que o Brasil passa por uma crise de desemprego, do programa sério da agricultura, no mínimo, o mínimo que pode se fazer é estabelecer um programa, um cronograma de compromisso político com a reforma agrária e não, logo após o episódio dramático que manchou de sangue a pátria brasileira, mais uma vez, lá em Rondônia, o Governo vem colocando nuvens sobre o programa de reforma agrária, colocando condições, discutindo o movimento dos sem terra no Brasil, que é um movimento estabelecido, um movimento que trabalha junto com o processo democrático, apesar

de todo o radicalismo eficientemente necessário.

A luta pela terra no Brasil, quem conhece dela, sabe que é uma luta pela democracia. Se o Governo neste momento de recessão, com o mesmo dinheiro que investe no setor secundário e terciário, investisse na agricultura, geraria, segundo os dados do IBGE, dez vezes mais empregos.

É claro que a questão da terra é uma questão de vocação com a terra, mas isto é responsabilidade cadastral do INCRA, responsabilidade das autoridades ligadas à questão da terra. Agora, essas autoridades se omitem da responsabilidade, pega um pequeno problema e descredencia tudo o que existe já de construção de luta da terra no Brasil.

Gostaria que estas mesmas autoridades que descredenciam o movimento pela luta da terra, dissessem aonde, por exemplo, no sul do Brasil tem hoje, onde teve uma ocupação devidamente regulamentada, hoje tem um assentamento de terra que foi fracassado? Na minha cidade de Medianeira nós temos exemplo disto. No município de Lindoeste, a princípio a sociedade era contra. Hoje lá está o acampamento com frigorífico, com produção. Encerro dizendo o seguinte, um poema de Judas Sgogorodas.

Vocês não queiram mal aos que vêm de longe, aos que vêm sem rumo certo, como eu vim. As tempestades é que nos atiram para as praias sem fim.

Exatamente num período de tempestade brasileira, de desconforto econômico, vem uma declaração ao contrário de uma solução. Deputado Augustinho Zuchi com satisfação.

O SR. AUGUSTIHO ZUCHI - Deputado Colombo, apenas no sentido de corroborar com o pronunciamento de Vossa Excelência, eu que estive envolvido por alguns anos com a questão agrária, tenho verdadeira paixão pela questão da terra, nós sabemos que terra é sinônimo de poder, e a disputa pela posse da terra é secular, não aqui no Brasil, mas a história registra por exemplo a dualidade de dois irmãos na intimidade em que travavam uma luta incessante pelo domínio das posses de terra. Aqui no Brasil desde a época das capitânias hereditárias a terra sempre foi patrimônio dos coronéis e não patrimônio da humanidade. É claro, nós não podemos aqui deixar de registrar que principalmente com o advento da constituinte, fazendo aí a Constituição de 88, ficou num dos itens da questão agrária um artigo extremamente indefinido, não diz ali quais são os critérios para determinar uma área produtiva ou não. É claro que isso gera uma série de problemas judiciais que algumas vezes são tratados por cacetetes por quem desconhece que um



programa social jamais deve ser tratado dessa forma, principalmente porque a dignidade das pessoas está exatamente na condição básica de vida que tem. Quando o sujeito não tem uma condição básica digna da sua vida é claro que ele perde o critério lógico da sociedade. Agora, é preciso também registrar dos 73 assentamentos que conheço no Estado do Paraná, de um por um, inclusive Deputado Renato Adur diferente do imóvel Boa Ventura aonde muitas pessoas ali tiveram seus títulos de terra anulados, alguns sobrepostos, e somente agora estão sendo devolvidos aos seus ocupantes numa discriminatória administrativa em alguns casos, em outros com discriminatória judicial. Mas eu, Deputado Colombo, gostaria de fazer um registro aqui, aliás, de uma matéria que que li na Folha de São Paulo de um depoimento do Prefeito de Quêrência do Norte aqui do nosso Estado, da Fazenda Pontal do Tigre, área essa totalmente improdutiva até a entrada dos trabalhadores rurais naquela área. Claro que problemas houveram, mas hoje o Prefeito defende a permanência dos trabalhadores rurais lá por quê? Ele mesmo diz: "Porque estão produzindo". E a produção gera dividendos para o Município, a produção faz com que o comércio tenha rentabilidade, a produção estabelece na verdade uma vida melhor ao Município aonde essas famílias estão assentadas. Há um estudo feito pela EMATER no Estado do Paraná, competentemente elaborado este estudo, aonde diz qual a produção dessas famílias, embora muitas famílias não tenham se adaptado aos lotes que receberam, algumas evidentemente venderam os seus lotes, problemas existem de toda natureza, como existem em todos os segmentos sociais. Também não dá para deixar de registrar aqui que Mangueirinha por exemplo teve o seu primeiro assentamento, só tinha samambaia e taquara, 373 famílias foram assentadas lá, a primeira safra num lugar aonde não se produziu nada, cinqüenta e cinco mil sacas de grão, elevando a renda do Município que estava no ranking de 14º na região para 9º, imediatamente na primeira safra. Visito alguns assentamentos e vejo hoje pessoas que têm ali a sua horta, que têm ali os seus animais, que tem ali a sua vaca de leite, que as suas crianças estão indo na escola, que voltou a ter na verdade a sua dignidade através de um pedaço de chão, tradição que já tinha na sua família mas que não conseguiram ter um pedaço de terra. Eu mesmo sempre disse isso, que se não fosse ter saído para estudar, meu pai tem sete alqueires de terra, provavelmente se eu ficasse lá e tivesse casado ali eu teria dificuldades de permanecer na profissão, a mais antiga e uma das mais dignas do Universo, que é a nossa agricul-

tura. Então, eu gostaria de dizer para Vossa Excelência e registrar nesta Casa de que a questão agrária merece reparos num País cuja concentração fundiária, e aí estou dizendo não daqueles que produzem, mas áreas totalmente inutilizadas, neste País, que obviamente têm que ser colocadas à disposição, criteriosamente, das pessoas que têm uma possibilidade de trabalhar, evidentemente.

Agora, é claro que também o movimento dos Sem-Terra que nós acompanhamos, nós conhecemos, na sua trajetória teve alguns equívocos, mas isso não elimina a possibilidade de nós continuarmos defendendo os trabalhadores rurais que precisam de uma oportunidade para fazer de seu trabalho o sustento de suas famílias.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Deputado, eu queria registrar o orgulho e a satisfação de ter um colega do seu quilate ao meu lado.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Colombo, na segunda-feira eu fiz uso da Tribuna da Assembléia, no Pequeno Expediente, para comentar sobre uma invasão que houve no município de Quedas do Iguaçu, de agricultores sem-terra.

E, naquela oportunidade, nós fizemos aqui nosso protesto em relação ao Governo Federal que faz pouco caso dos agricultores sem-terra, e que sem uma política clara, uma política voltada a resolver o problema fundiário, no País, o Governo vem à imprensa, divulga, conversa, e não sai exatamente do discurso, a sua proposta de reforma agrária para o País.

Nós, lá na região, vivemos hoje, um problema muito sério de conflito de terras e se não houver uma decisão urgente, por parte do Governo Federal, no sentido de achar soluções para o assentamento de milhares de pessoas, que hoje não têm onde trabalhar, inexoravelmente haverá mais e mais invasões de terra, por este Paraná afora, e sobretudo na nossa região.

Estamos acompanhando, com preocupação, o clima que existe hoje lá, e nós achamos que o Governo Federal precisa mudar a sua prática de discursar muito e fazer pouco, principalmente nesta questão da reforma agrária.

O Deputado Zucchi colocou aqui os acertos que tiveram os assentamentos, e eu sou testemunha, lá em Campo Bonito, na Fazenda Santana, um assentamento que houve, o município de Campo Bonito se transformou totalmente. No município de Ibema, na Fazenda Formiga também houve avanços fantásticos com os assentamentos que foram efe-

tuados pelo Governo Federal. Mas, diga-se de passagem, não pela vontade do Governo Federal, pela vontade dos agricultores que tiveram que, à força, tomar aquela propriedade, que era improdutivo, que não produziam e que hoje estão produzindo, e estão dando vida ao comércio de Ibema, de Campo Bonito. Lá em Catanduvas também, a Fazenda Babinski, que foi ocupada pelos agricultores e estão dando um retorno fantástico ao município.

Desta forma é que nos preocupamos quando ouvimos e vemos que o Governo está tirando dinheiro do orçamento do Estado, que era destinado para fazer os assentamentos, e está fazendo cortes profundos no orçamento da União, tirando recursos que deveriam ser carreados para fazer assentamentos. Infelizmente a gente percebe que o Governo não tem compromisso e não tem preocupações com soluções para os assentamentos que devem ocorrer, senão o que haverá serão invasões em cima de invasões, não só no Paraná como no Brasil inteiro, como está ocorrendo nos dias de hoje!

Muito obrigado.

O SR. COLOMBO - Muito obrigado Deputado Nereu Moura, que conhece bem a problemática, oriundo de uma região e é testemunha, parafraseando o repórter Esso, é testemunha ocular dessa movimentação dessa região que é uma região típica de muitas ocupações e de resultado positivo.

É claro que tanto o Deputado Zucchi quanto o Deputado Nereu Moura falam que existem problemas, agora se você fizer, por exemplo, 100 casas populares, vai ter problema, de construção, de aluguel, de sublocação. Então, não podemos trabalhar com a exceção, a exceção é a regra das regras, nós temos que trabalhar e estabelecer a regra com o que é predominante, e a predominância é o sucesso disso.

Então a ocupação da terra ainda é, e ninguém consegue provar o contrário o melhor instrumento para lançar o projeto da Reforma Agrária, porque você provoca as autoridades, o INCRA, a própria justiça, os proprietários ou falsos proprietários que ali estão ainda por conseguir documentos estão questionando na justiça, porque nós temos problemas fundiários que é a legalização da terra no Brasil, que é uma história complicadíssima, começa desde o 2º Império Brasileiro, quando tentaram legalizar e se arrasta até os dias de hoje e associado a isso a péssima má vontade em estabelecer realmente politicamente a Reforma Agrária.

Nós ainda considerávamos que as quatrocentas mil famílias, a meta do Governo até o final do ano, considerávamos pouca e o governo falava que era pouca, mas o que ele poderia praticar, nós estamos agora

com 180 famílias e queremos chegar as 400 até o final do ano, se mostra realmente a incompetência do Governo Federal em estabelecer um programa, levar a sério a Reforma Agrária.

Solução para esse conflito no campo todo mundo sabe, quer acabar com o movimento dos sem terras, é fácil, faça uma Reforma Agrária decente, esta é a melhor solução esse é o recado que nós temos dado ao governo Federal, faça a Reforma Agrária, acaba o conflito no Campo, fornece critérios, cronograma, com eficiência, com justiça, de acordo como está na lei não precisa fazer mais lei, a lei está muito clara sobre a questão da lei agrária no Brasil.

O Sr. César Silvestri - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Colombo, nós estávamos ouvindo atentamente o seu pronunciamento e o senhor falava em solução para a questão da Reforma Agrária, esse é um assunto extremamente polêmico, mas que é inclusive apaixonante, mas nos traz algumas preocupações.

Nós temos visto em nossa região, Deputado Colombo, alguns proprietários rurais, no desespero e no medo inclusive de invasões das suas propriedades destruindo inclusive a sua própria propriedade, porque hoje existe um impasse, eu tenho falado isso há muito tempo aqui nesta Casa.

Se nós seguirmos a orientação do INCRA, um proprietário que deixa a capoeira, na nossa região, tem muito disso, não são mais matas ciliares, são capoeiras, se nós deixarmos a capoeira, o INCRA considera essa área improdutivo, mas perante o IAP se o proprietário derrubar essa capoeira ele estará infringindo a lei.

O que vem ocorrendo é que os proprietários, com medo de ser desapropriado ou que sua área seja invadida estão derrubando todas as matas de sua propriedade, eu acho que a solução na minha opinião seria na verdade o Governo Federal, no lugar de desapropriar a terra, comprar propriedades.

Eu sou testemunha, V.Exa. é testemunha disso, que agora há questão de 90 dias, a COPEL tem procurado área para assentar os proprietários que vão ter as suas áreas alagadas na hidroelétrica de Caxias. Se eu não me engano, posso estar errado com os números, mas a informação que me passaram é de que a COPEL precisaria de seis mil hectares para assentar todos os proprietários e a COPEL teve uma oferta de mais de cinquenta mil hectares de terra, proprietários que estão oferecendo à COPEL espontaneamente as suas áreas para assentamento dessas famílias e eu acho que a solução, sem trauma, sem problema nenhum, seria o

Governo Federal comprar áreas, isso evitaria todos os traumas que vêm ocorrendo, porque muitas vezes o proprietário como disse a V.Exa., o proprietário que quer produzir hoje tem dificuldade, não consegue produzir em toda sua propriedade, mas a propriedade é sua, acho que o direito a propriedade é um direito sagrado, ele comprou essa área, está produzindo, talvez não como ele gostaria de produzir, mas de repente ela está num conflito tão grande que ele está acabando de destruir a sua própria propriedade quando a solução está clara, o exemplo foi dado agora pela COPEL em Salto Caxias, ela precisava de seis mil hectares e hoje tem a oferta de cinquenta ou sessenta mil hectares. Se o Governo quer realmente resolver o problema, não precisa desapropriar, V.Exa. sabe disso, muitos proprietários da minha região que foram desapropriados receberam esses títulos da Dívida Agrária que não estão recebendo, não conseguem negociar e na verdade tem proprietários que acabaram ficando sem nada. Existe um caso típico no município de Santa Galo onde o proprietário tinha apenas uma área de 93 hectares, um filho seu estudava agronomia, outro veterinária, essa área foi desapropriada, única área, hoje ele tem dois filhos que não podem trabalhar na sua própria terra. Então acho que se existe vontade política por parte do Governo Federal, que acredito que exista, a solução menos traumática seria a compra de propriedades e não seria através de invasão de apropriação que seria resolvido esse problema.

O Sr. Nereu Moura (Aparte) - Com relação e contrapondo o Deputado Cezar Silvestri, que honra a região de Guarapuava nesse Parlamento. Eu pessoalmente sou contrário as invasões de terras. Mas eu acho que é uma única maneira que os agricultores possuem hoje como forma de pressão, se não se utilizar desse expediente não haverá Reforma Agrária nesse País. Nós que somos contrários a questão da invasão porque achamos que deve ter o direito de propriedade, mas é um instrumento que os agricultores possuem para sensibilizar o Governo Federal, de que é efetivamente necessário tomar a decisão política de fazer a Reforma Agrária.

Com relação a COPEL, só para corrigir as informações foram oferecidos na verdade para aquisição 59 mil alqueires de terras e não hectares como o ilustre deputado afirmou.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputado Irineu Colombo. Na minha opinião, antes de uma Reforma Agrária nós deveríamos ter uma política agrícola nesse País, porque se houvesse política agrícola nós não

teríamos que estar enfrentando toda essa situação que nos ocupa os pensamentos e as ações políticas em torno da Reforma Agrária. E dentro dessa linha de raciocínio de que deveríamos ter uma política agrícola, embora também respeite as posições aqui colocadas, mas pessoalmente em nenhum momento concordo com a invasão de terras. Entendo que temos outros mecanismos antes desse para resolver. E o problema não está invadir uma propriedade, não está em muitas vezes acampar na beira da estrada. O problema está em ir-se ao Congresso Nacional e lá sim fazer uma pressão junto aos Deputados e Senadores para que eles coloquem recursos suficientes no orçamento para que o Estado Brasileiro possa adquirir essas áreas e assentar essas pessoas devidamente cadastradas pelos movimentos de sem terras, pela pastoral da terra, enfim por todos esses segmentos que cuida desse setor. E quero dizer mais, li esta semana nos jornais do Brasil e do Paraná uma afirmação do Ministro do Planejamento José Serra, dizendo que causa muita preocupação ao Governo o fato de que cada família assentada está custando ao Governo para esse assentamento ao redor de 40 mil reais por família e que o Governo está fazendo um esforço coletivo no sentido de conseguir baixar esse custo para 28 mil reais. Se o Governo Federal fizesse talvez aquilo que está na Lei Agrícola, se aqui no Paraná pudéssemos ter esses 28 mil reais por família. Ao invés do Governo vir aqui comprar áreas, desapropriar áreas para assentar famílias e gastar 28 mil reais, se repassasse ao Governo do Paraná 28 mil reais por famílias que precisam ser assentadas.

Tenho certeza que utilizando da lei agrícola que escrevemos e aprovamos nessa Casa e que foi sancionada pelo Governador Requião, que falta ainda regulamentar, mas o Deputado Augustinho Zucchi, Miltinho Puppio fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Agrícola e Política do Paraná que terá condições de ajudar na regulamentação dessa lei. Poderíamos nos utilizar desse recurso, criando e implementando crédito fundiário, porque na cidade existe dinheiro para comprar apartamento, dinheiro para comprar terreno, comprar carros, para fazer indústrias e para o produtor rural não existe.

Se o Governo do Paraná pudesse ter aí 28 mil reais por família e repassar esse dinheiro 28 mil reais para cada família, cada um poderia escolher no Estado do Paraná onde quisesse compraria os seus 5, 6 alqueire de terra e poderia ressarcir em 20, 30, 40 anos em equivalência ao produto, e quem sabe nós solucionássemos o problema dos sem terras e dássemos um alento ao campo.

O problema é sério tem toda a nossa

preocupação, mas entendo que se o Governo está gastando 40 mil reais para assentar uma família, porque é que não dá esse dinheiro aos governos dos Estados para que cada um, na sua região, utilizando-se do crédito fundiário, dê a cada família a oportunidade de escolher onde e como quer pôr o seu imóvel rural, já que perderam num determinado momento.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Deputado Pessuti. Passo a palavra ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles Mello - Obrigado, Deputado Irineu Colombo. Acho que seu pronunciamento é de extrema importância e vem na hora certa. No momento em que novamente forças que já mostraram a sua cara no país, tentam impingir ao Movimento Sem Terra uma série de acusações infundadas como é o fato de ligação com o grupo Sedito Luminoso, acusações absurdas que vêm do próprio governo, inclusive Presidente do INCRA, pessoas ligadas também às Forças Armadas e isso nos causa uma série de preocupações. No Paraná temos notícias de que o Governo Jaime Lerner muda a ação política em relação ao governo anterior, facilitando o despejo de famílias sem terras, ocupantes de áreas improdutivas.

Acho que não podemos aceitar esse retrocesso do ponto de vista ideológico que pode acontecer no país, e, por incrível que pareça, no governo PSDB. Ora, duas coisas têm que ser qualificadas. Primeiro, não se pode pensar em política agrícola separada de reforma agrária, de política agrária. As duas coisas têm que andar juntas, por uma série de motivos. É evidente que nada adianta uma reforma agrária se não mudarmos o perfil da política agrícola, porque logo depois que ganha a terra, o produtor pode ser penalizado em abandonar a terra novamente, como milhares de famílias fazem todo ano inclusive no nosso Estado.

Por outro lado, sabemos que uma política agrícola que beneficie o pequeno produtor, só será viável com uma reforma agrária que dê poder, que redistribua o poder político no país, porque terra é poder.

Na medida em que tivermos milhares e milhões de camponeses com suas terras, eles terão mais poder para forçar o governo a dirigir uma política agrícola que beneficie a pequena produção, a produção familiar, o que não acontece no país.

Então, essas duas coisas têm que andar juntas. Em segundo lugar: falar em comprar terra, isso é brincadeira. É impossível.

Nenhum país do mundo pode fazer reforma agrária comprando terra. Isso é negócio agrário. O país não tem recursos e nenhum

país teria, nem os países mais ricos, para comprar terra e distribuir aos produtores.

É bom também lembrar que a terra tem uma função social e tem que cumprir essa função social, porque a terra é um meio de produção diferente dos outros. A indústria, por exemplo, que é um meio de produção que pode ser gerado infinitamente. Não existe limite para a indústria. Para a terra tem um limite físico, territorial. O Brasil tem 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Se essa terra é dominada por meia dúzia de fazendeiros as pessoas não podem mais ter terra, ou vão conseguir em um outro país, ou não conseguem, porque há um limite físico. Daí o sentido específico da reforma agrária que tem que ser por desapropriação da terra improdutiva.

Uma outra questão importante: se nem com o movimento Sem Terra que se organiza cada dia mais, ocupando terras improdutivas, não sai reforma agrária, calcule se o Movimento Sem Terra não existisse! Simplesmente não se falava mais em reforma agrária no Brasil tal o conjunto de interesses poderosos que se articulam, já se articularam, formando o movimento ruralista. A justiça, o Poder Judiciário que serve claramente ao latifúndio, a grande fazenda, a grande produção, a política agrícola que serve a grande produção, tudo o que serve à grande produção, sem Movimento Sem Terra, jamais vai acontecer qualquer possibilidade de reforma agrária no Brasil, além das questões de propriedades que tínhamos que analisar a história desse país e nós veríamos que a nossa origem dessa propriedade não é tão legal assim.

Nosso País está cheio de grandes fazendeiros e na verdade, conseguiram terra das mais variadas formas ilegais, inclusive, com subsídio do Estado e nós temos que contestar inclusive essas questões. Dívidas de TR monstruosas por parte de grandes proprietários e o governo simplesmente não cobra, subsídio na época do regime militar para que se criasse gado, devastasse a floresta amazônica, todas estas questões.

Ora, nós temos que ter uma posição: ou somos a favor da justiça social ou não. Se somos a favor e ninguém tem que ser penalizado...

(É TIRADO DO SOM) ... tem condições de ter a sua terra desapropriada e receber o pagamento em título de dívidas agrárias.

Muito obrigado, Deputado Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o prazo de V.Exa. Concedo-lhe mais dois minutos.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, Deputado Péricles, pelo brilhante pronunciamento.

E dizer que se os senhores pegarem algumas literaturas como: Galbraith que é liberal, como Hobsbawm que é um marxista, vocês vão encontrar que tem duas grandes explicações para o desenvolvimento dos países de primeiro mundo. Em primeiro lugar o fator básico de longo período de experiência democrática. Em segundo lugar uma boa resposta sobre a questão do espaço físico, tanto urbano, quanto rural na sua programação política durante os tempos. E a questão da terra no Brasil ela tem que ser entendida como política agrícola, como reforma agrária e como também um processo de discussão fundiária e aí não se resume apenas em uma análise parcial do fato. Tem que ser várias análises concomitantes.

E acima de tudo reforma agrária se faz com efetiva participação do Estado, cadastramento, critérios e a legislação pertinente. O estado de direito só existe para aquele que consegue sobreviver. Se ele não consegue sobreviver para ele não tem importância o respeito ao estado de direito.

E nós não estaríamos aqui falando em reforma agrária, com certeza, se não houvesse o Movimento Nacional dos trabalhadores rurais sem terra. Com toda a certeza, Senhores Deputados, estaríamos falando, quem sabe de outros assuntos menos importantes para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pelos apartes, numa questão tão importante que voltamos em outra ocasião.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de anunciar e que a Mesa registrasse a presença em nosso meio do Prefeito de Querência do Norte, Mário José, que veio a Curitiba hoje acompanhado do Presidente da Câmara, demais Vereadores, e de representantes do movimento sem terra, lá de Querência do Norte, da Fazenda no Pontal do Tigre. Fomos recebidos pela Casa Civil, oportunidade em que também ali foi solicitado apoio do Governo do Estado, no sentido de se agilizar a determinação da justiça para emissão de posse na referida área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:  
PFL, PPR, PP, PMDB, PT (DECLINAM)  
PTB com a palavra. Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Secretário, Senhores Deputados, esta semana a rede Bandeirantes de televisão apresentou um debate que eu julguei de fundamental importância a casa do meu querido Deputado Ricardo Chab, do grupo Joel Malucelli.

De um lado o jornalista Luiz Geraldo Mazza, o Deputado Caíto Quintana, e do outro lado o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Nelson Justus. Quero agradecer ao jornalista Luiz Geraldo Maza, pelo carinho que ele me tratou neste debate, o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Algaci Túlio, que foi de uma elegância profunda, o Deputado Nelson Justus, que também teve uma elegância dinâmica, mas se criou no Jornal o Estado do Paraná e na Folha de Londrina um ponto de interrogação. Tanto a matéria do Jornal o Estado do Paraná, como a Folha de Londrina, dizia que o Governador Jaime Lerner só vai apoiar os candidatos do PDT. Ora, é claro, como é que o Governador Jaime Lerner vai deixar de apoiar o candidato Antonio Belinati que é do PDT, é um direito que assiste ao Governador de apoiar o seu candidato; como é um direito do Governador Álvaro Dias apoiar o candidato do PSDB, que seria o Deputado Luis Carlos Hauly, que inclusive perde para mim as eleições em Londrina, mas é um direito; como seria de fundamental importância o Governador Roberto Requião estar apoiando o meu particular amigo, Deputado José Tavares, por que não? Sou candidato a Prefeito de Londrina, a pesquisa diz isso, é o povo que diz não sou eu. Primeiro o Belinati, eu já estou encostado, não tenho culpa, porque a pesquisa foi elaborada:

"Em quem você vota? Belinati. Em quem você vota? Alborghetti. Em quem você vota: Tavares. Em quem você vota: Hauly".

Então, o grupo Tavares tem os seus votos, o grupo Alborghetti tem os seus votos, agora, a pesquisa não é mentirosa, não mente. Não tenho medo do Belinati, não tenho medo de eleição, tanto é que nesta última eleição eu não fiz um sequer comício no Paraná, me permita, fiz um comício em Pinhais, em Pinhais, em Londrina um, e fiz, sem comprar um voto sequer, com a cara limpa, sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro votos. Agora, qual é a obrigação do PTB do Senador José Eduardo, que é candidato a Governador do meu Partido, é estar no meu palanque, ou ele não tem vergonha na cara, ou tem vergonha na cara. Ora, se ele é PTB ele tem que engulir o Alborghetti, ele não pode engolir o Belinati. O Belinati é Jaime, Alborghetti é Anibal Khury. Ou o Senhor não vai deixar de subir no meu palanque se o senhor me levou para o PTB? O senhor que tem uma postura correta, aprendi neste Parlamento com o Senhor, aprendi como Vereador em Londrina, eleito pelo povo, e como Deputado já com quase vinte anos da vida pública aprendi muito da minha vida Parlamentar com V.Exa.. Então, de um lado nós teremos Jaime, Algaci, Deputado Algaci Túlio que é meu particular amigo, todos, tenho que respeitar o Deputado Algaci, ele é PDT,



ele vai ter que estar no palanque do PDT, seria uma ironia, meu Deus do Céu. E no meu palanque vai ter que estar o Anibal, vai ter que estar o Senhor Nelson Justus, o senhor vai ter que me engolir, vai ter que estar lá no meu palanque, ou é PTB, ou não é PTB. Que diabo de Partido é esse? Partido que se reúne na calada da noite: "Nós vamos apoiar o Alborghetti", mas no outro dia está no outro palanque. Não, comigo não existe isso, a pesquisa de Londrina indica dois homens: Belinati e Alborghetti. Não tenho medo do Deputado Belinati porque não tenho medo do povo. Só tem medo do povo o Político que é covarde, canalha, enganador, que só aparece em época de eleição dizendo-se salvador da Pátria. Não tenho esse "pedigree" idiota, cretino, safado, canalha, a minha cara é limpa. Vou para o palanque, em toda a lei que estiver aí, de um lado o Prefeito Antonio Belinati, na outra esquina o Deputado Tavares, na outra o Haully, na outra o Alborghetti.

Quem ganhar, leva, quem perder enfia o rabo no meio das pernas e vai procurar o caminhão da onde caiu, é lógico, política é assim. Então, quero dizer que não estou preocupado com quem o meu Governador Jaime Lerner vai apoiar, mesmo porque eu o apoiei, votei nele, tenho que respeitá-lo, vou estar sempre com ele coerente, o dia que ele errar vou à Tribuna e digo que ele errou, e quando acertar, direi: "Acertou". E quero que ele apoie o candidato do PDT sim senhor. E vou convidar o candidato a Governador do Paraná, Senador José Eduardo, o Dep. Anibal Khury, o Dep. Nelson Justus, vou convidar o Pessuti, o Deputado Chab, vou convidar o Dep. Tavares, senão sair, mas já sei que vai, este é bicho duro de roer, é candidato, vou convidar o Dep. Augustinho Zucchi, o Dep. Albanor, o Miltinho Puppio, o Dep. Tureck, que é bom de palanque, é o único meio de eu conseguir ganhar do Dep. Belinati.

Então com satisfação quero só deixar registrado, a matéria da Folha, do Estado do Paraná, em nada me afligiu, em nada, como disse o Dep. Algaci, na Rede Bandeirantes: - "O Alborghetti é nosso amigo, nosso companheiro, nosso aliado, e tal..." Então explicou certo o Dep. Algaci, PDT é PDT, PTB é PTB, PMDB é PMDB.

Lembro que na Legislatura passada, do lado de lá, o Pessuti vinha com aquele trator que derrubava a gente de ponta cabeça, a gente não ganhava nada dentro dessa Casa, era um rolo desgraçado, o Tavares dava um grito lá vinha o trator derrubando tudo, saía eu correndo daqui, o Algaci, a Dep. Emília, não dava nada, não dava quorum, eles ficaram com medo de nós, e votavam, política é assim! Hoje o trator está aqui! Aqui está pior do que estava lá, porque aqui quando o Algaci levanta derru-

ba tudo! Mas é assim... Na época do Alvaro, aquilo ali era lotado, e nós estávamos tudo ali, e a ordem vinha do Palácio: - "Tem que votar comigo", era pedrada de professor e aquele rolo, quase apanhei na porta, e assim é a política! A política é dinâmica! Hoje o lado de lá está fraquinho, aqui é uma carpideira que possa cortando tudo, passa tudo que nós queremos.

Então eu quero que o Gov. Jaime Lerner apoie seus candidatos e o PTB vai ter seus candidatos, em Londrina vai ter o Alborghetti, em Paranaguá tem meu particular amigo, Vanhoni, o Gov. Jaime Lerner vai estar lá!

Concedo o aparte ao meu amigo, Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Quero cumprimentá-lo e esclarecer alguns pontos, eu realmente não li estas matérias, infelizmente.

Em momento algum o PTB pode se furtar de apoiar uma bandeira como o Sr., na sua cidade, lá em Londrina. Isso para nós é motivo de muita satisfação e orgulho. E devo dizer que quanto a preocupação do apoio, ninguém mais do que V.Exa. deve se preocupar com isso, porque V.Exa. tem o apoio popular e é esse o apoio que vale.

De forma que o parabenizo e me solidarizo com a campanha de V.Exa. e o PTB fica muito à vontade, muito feliz em ter um candidato da sua estirpe, na cidade de Londrina.

O SR. ALBORGHETTI - Muito obrigado, só para concluir quero deixar registrado nos anais desta Casa os parabéns ao Jornal o Estado do Paraná, a Folha de Londrina, que foram coerentes nas suas matérias e a Rede Bandeirantes de televisão, que apresentou um debate de alto nível.

Quero parabenizar o jornalista Luiz Geraldo Mazza, Dep. Caio, Dep. Nelson Justus, Dep. Algaci e espero que a Rede Bandeirantes continue a fazer esses debates, leve o Deputado Tavares, o Deputado Nereu Moura, o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Edno Guimarães, que é candidato a prefeito, Deputado Nelson que é candidato a Prefeito de Umuarama, Deputado Cezar Silvestri, que vai disputar a Prefeitura de Guarapuava, o Deputado Edgar Bueno, e o Deputado Nelson Tureck, que volta aos braços do povo do seu município e o Deputado Algaci que também é candidato a Prefeito, Deputado Luiz Carlos Martins que numa entrevista brilhante ontem disse que é candidato a prefeito de Curitiba e que ele é um técnico do povo, meus parabéns, pelo menos tem vergonha na cara de dizer a verdade, o PMDB, vai ter o Deputado Orlando Pessuti candidato a Prefeito de Ivaiporã e o Luiz Cláudio Romanelli, que

desponta como futuro prefeito do PMDB também na capital do Paraná.

Muito obrigado a todos, sejam felizes nas suas caminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Obrigado pelas palavras Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na certeza de que o PTB sem qualquer dissidência vai apoiá-lo na sua candidatura a prefeito de Londrina.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem a tribuna. Primeiro dizer ao Deputado Alborghetti de que com a candidatura do Deputado Belinati do PDT ficará com o coração na mão, porque Vossa Excelência tem do nosso partido, um grande respeito, se foi um grande companheiro na eleição do governador Jaime Lerner, mas tenho certeza absoluta que até o final desta empreitada o Deputado Alborghetti vai compor com o Deputado Belinati, e nós venceremos as eleições de Londrina, todos juntos.

Outro assunto aqui é a questão da palavra do Ministro da Justiça que eu ouvi em uma rádio de Curitiba, muito importante.

Vou tentar reproduzir aqui as palavras colocadas pelo Ministro Jobim, quanto a questão da Reforma Tributária.

O Ministro Jobim disse o seguinte:

De que os Estados que tiverem prejuízo com a Reforma Tributária terão uma compensação provisória.

Quando eu ouvi o posicionamento do Ministro da Justiça colocar de que o Estado do Paraná que é um dos Estados que mais perde com a Reforma Tributária, dizer de que é aí que está o equívoco do ministro, quando ele disse de que esta compensação será por dois, três ou quatro anos e que aí o crescimento da economia recuperará automaticamente os prejuízos do Estado do Paraná.

Ora Senhores, acredito que nós parlamentares que temos que fazer a defesa desse Estado, não podemos de forma nenhuma querer ser agradáveis ao Ministro da Justiça, mediante o posicionamento equivocado desta forma, o crescimento da economia o acerto da política econômica do Governo Federal, é natural que trará o crescimento econômico a todos os estados brasileiros e aí é que vai entrar o grande prejuízo que o Estado do Paraná vai ter com a Reforma Tributária. Acredito Senhores Deputados, amanhã entro nesta Casa com um requerimento para o Ministro da Justiça para que o mesmo reproduzindo as suas palavras, para dizer em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de que o seu posiciona-

mento está equivocado e que se esse prejuízo for recompensado, no primeiro momento, mas num segundo momento é evidente que o Estado do Paraná vai perder.

Ora, Senhores, se tiver o crescimento econômico o Estado do Paraná, o Ministro deu a entender que aí esta compensação de que o Estado terá num primeiro momento, não terá mais num segundo momento.

O crescimento econômico é normal e até automático, mas os problemas do Estado também são normais e são automáticos. Nós precisamos do crescimento econômico para dar o atendimento aos problemas que serão crescentes, na questão da habitação, na questão da saúde, porque quem não entende de que daqui há cinco anos os problemas que o Paraná enfrentará serão maiores do que os atuais. Por quê? Porque vai aumentar a população, vai haver se não houver uma política agrícola neste País, vai haver ainda um maior crescimento das grandes cidades, havendo o crescimento das cidades, haverá o aumento das favelas das cidades e aí eu me pergunto - o Ministro da Justiça, um homem inteligente, um homem de respeito tem que ser alertado em nome do Estado do Paraná, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. CLAUDIO ROMANELLI - Deputado Rossoni, Vossa Excelência ocupa essa Tribuna para falar pelo menos que eu me recorde, pela segunda vez, sobre a mesma matéria que é da maior importância para o Paraná e nós aqui preocupados na verdade até discutimos, eu me lembro Vossa Excelência nessa tribuna eu aqui do plenário.

E de fato ouvi também a entrevista do Ministro da Justiça e tenho visto as declarações do Governador Jaime Lerner e confesso ao Senhor que tenho ficado profundamente preocupado.

Ainda recentemente estive nesta Casa, a convite do nosso presidente Anibal Khury, o Doutor Eron Arzua. E eu fico muito mais com a tese do Doutor Eron Arzua da transferência direta, da compensação direta sem a criação de fundo.

E estas criações que tenho visto do Ministro Jobim, do Ministro Serra e do Malan, são de fato no sentido de que o Paraná vai perder e perder muito, é o maior perdedor nesta reforma tributária que o Governo Federal quer fazer e eu confesso aos Senhores o seguinte - que tenho ficado frustrado com a postura pelo menos que chegado a esta Casa, aqui da Bancada Federal do Paraná.

Queria na verdade aproveitar essa sua boa idéia de um requerimento ao Ministro da Justiça, de talvez Presidente, inclusive Vossa Excelência talvez pudesse até ouvir essa sugestão, de que convocássemos a Casa, aqui no sentido amplo da palavra



convocar, do convite a Bancada Federal do Paraná, na Câmara dos Deputados, os Senadores, os tres Senadores para que o Paraná definisse uma estratégia nessa questão da Reforma Tributária Presidente, fazer talvez aqui, uma Sessão conjunta dessa Assembléia Legislativa com a Bancada Federal do Paraná com assento na Câmara dos Deputados, enfim do Congresso para que nós pudéssemos ter na verdade uma proposta única, formulada esta proposta tanto pela situação quanto pela oposição, para que a unidade do Paraná, estivesse acima no momento em que os interesses nossos do Paraná, estão em jogo por esta Reforma Tributária que vai fazer com que nós percamos muito.

Por isso que queria me somar a Vossa Excelência e fazer essa sugestão e ver com o nosso Presidente, com a Mesa desta Casa uma forma de encaminharmos uma única situação que possa refletir a unidade do Paraná, na defesa dos seus interesses.

Meus parabéns a Vossa Excelência por abordar esse tema tão importante para nós paranaenses.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte.

Coloco o seguinte: ouvi o pronunciamento do governador Jaime Lerner, na segunda-feira e ele colocava a questão da reforma tributária dizendo de que no atual governo pode até haver a compensação correta, mas a cada mudança de governo, se não estiver parte da lei, o que vai acontecer é que cada governo vai diminuindo a compensação.

Esta era a preocupação do pronunciamento do governador e para a minha preocupação ainda maior, no outro dia, ouço o Ministro da Justiça (não é o que vai acontecer), é a realidade.

Não fará parte a compensação dos prejuízos que o Paraná terá. Não fará parte da lei e não fazendo parte da lei, não tenho dúvida de que o Paraná sairá perdendo.

Ou nós lutamos por isso ou nós podemos nos conscientizar de perder ainda mais, fora o que já estamos perdendo na questão do ICMS da energia elétrica.

Com a palavra o Deputado Albanor.

O Sr. Albanor Gomes - Deputado Rossoni, esse assunto da reforma tributária é um assunto da maior importância em função do parecer do advogado Heron Arzua e de pronunciamentos do Ministro da Justiça, nós entramos ontem com requerimento que deve ser votado hoje, solicitando a constituição de uma comissão de acompanhamento da reforma tributária, onde poderemos, dentro dessa comissão, avaliar as perdas que são muitas, que o Paraná vai sofrer com essa reforma e inclusive fazer

com que a proposta do Deputado Romanelli possa ser colocada dentro dessa comissão, com discussões junto à Bancada Federal, para que possa ser uma fórmula para que o Paraná deixe de ser o prejuízo que nós sabemos que vai ter.

É um assunto da maior importância. V.Exa. está colocando exatamente os pontos fundamentais de todo esse problema e de toda essa reforma, o Paraná deve perder, em função das informações que a gente tem, em torno de 350 a 400 milhões de Reais por ano. Quero estar ao seu lado nesta preocupação e a partir da votação da constituição desta Comissão de acompanhamento, teremos condições de, junto com a Bancada Federal, achar caminhos para que o Paraná tenha condições de uma compensação melhor do que essa que o Ministro tem colocado com esse fundo de compensação.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte do Deputado Albanor e digo ao ilustre Deputado que me somo ao seu requerimento. Não tinha conhecimento mas acredito que vem em boa hora.

Com aparte, Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Deputado, mesmo pertencendo ao PSDB que é o partido do Presidente da República, eu quero me associar ao seu pronunciamento e à sua preocupação. Temos tido péssimos exemplos dessas compensações que o governo federal vem anunciando para não somente o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enfim, todos os Estados que são produtores agrícolas que têm na sua arrecadação, a base na agricultura.

Por exemplo, nós tivemos um problema dessa compensação, que é a questão dos "royalties".

Os municípios que receberiam os "royalties". Muitos municípios sabem disso; recebiam com atraso, com valores defasados.

Então não é essa a solução. Todos, independente de partido político temos que nos unir por essa causa do Paraná.

O Paraná não pode ficar com o "pires" na mão dependendo da sensibilidade do governo federal.

As pessoas passam. Hoje está o Presidente Fernando Henrique Cardoso, amanhã vem outro Presidente e se essa reforma for aprovada, da forma como o governo vem propondo, o Paraná terá perdas, com certeza e eu acho que nós devemos nos unir, mas em contrapartida eu tenho uma preocupação, Deputado Rossoni, que é com relação à agricultura em nosso Estado.

Uma das propostas na reforma seria: tirar a tributação dos produtos agrícolas. É aí que o Paraná perde.

Mas em contrapartida quero fazer este alerta: em contrapartida se não for retirado a tributação dos produtos agrícolas, não temos mais condições, o Brasil não tem mais condições de competir, principalmente com os países que fazem parte do MERCOSUL. Tenho dito isto há muito tempo. Acho que esta questão do MERCOSUL tem que ser revista, o País não pode aceitar já como fato consumado, porque o prejuízo que o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul será muito grande, principalmente os produtores rurais.

Se quisermos competir tendo tributação três vezes maior do que a Argentina tem, se quisermos competir tendo os fretes mais caros do País, as despesas portuárias uma das mais caras do mundo, e ainda com todas as dificuldades que a agricultura vem sofrendo, além dos próprios juros altos que a agricultura vem sofrendo, então é um impasse que nós temos. De um lado, acho que temos que olhar para os nossos agricultores, para a agricultura do Estado, mas não podemos deixar de lado o Estado do Paraná.

Acho que se há uma compensação, tem que vir assegurada em lei, onde haja um repasse automático, que não dependa do Governador ir lá com o pires na mão pedir pelo amor de Deus para o Presidente da República que haja esta compensação.

Quero me associar ao seu pronunciamento neste sentido, mas quero também ressaltar esta preocupação com todos os produtores rurais do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência sabe, Deputado Cezar Silvestri, que o próprio Presidente da República tem reconhecido de que o que mais ajudou o Plano Real dar certo é a agricultura e o Estado que mais prejudicado foi na questão de arrecadação é o Estado do Paraná, porque somos um Estado eminentemente agrícola.

Acredito sinceramente e não coloco aqui esta questão de reforma tributária como crítica, coloco como bandeira de todos os paranaenses. Acredito que ninguém pode cobrar do Governador ou de qualquer pessoa que represente setores da sociedade se cada um de nós não fizer a sua parte.

Por isso que acho importante um posicionamento firme da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dando sustentação à posição do Governador para que o Ministro da Justiça tenha conhecimento da posição do Paraná mediante as suas declarações.

Não quero dizer com isto que não tenho por ele um grande respeito, porque ele é um dos grandes juristas deste País, mas ele talvez não tenha o conhecimento da situação em que vai colocar o Estado do Paraná.

O segundo assunto, Senhores Deputados, é uma reclamação em nome de alguns municí-

pios do Estado do Paraná. Venho aqui principalmente em nome de União da Vitória.

Quando se fala em enchente no Paraná, quais são as cidades que são lembradas por primeiro? União da Vitória. Todos os Senhores têm conhecimento de que os maiores prejuízos com as últimas enchentes no Paraná foram por Curitiba e União da Vitória. E agora, vejo nos jornais e participei da assinatura no Palácio Iguazu uma relação de municípios que foram contemplados com verbas das enchentes e que União da Vitória não foi contemplada.

Estão aqui os municípios, Senhores Deputados, que foram contemplados: o Município de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Cândói, Curitiba, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Bonito, São José dos Pinhais, Tunas e Virmond. Para começo de assunto, esta relação aqui, tem gente que teve enchente de cima para baixo, porque não tem jeito de ter enchente em cima de serra. Estão aqui municípios que já denunciavam de que esta relação aqui é a realidade das enchentes do Paraná. Quem for responsável por esta relação, não quero aqui de forma nenhuma colocar de que os municípios que foram aquinhoados com recursos das enchentes não o mereçam ou que não estejam em situação difícil, mas que esta relação aqui é uma relação que não pode ter o respeito desse Deputado, porque tenho certeza absoluta que aqui tem municípios, não quero citar, de que não tiveram enchentes. O que pode ter acontecido e que algumas cidades pode ter arreventado uma torneira e encheu de água o pátio de algum cidadão.

Agora Senhores, quando se fala em enchente, se fala em União da Vitória, quando fala-se em enchente no Paraná, fala-se em Rio Negro, fala-se em Porto Amazonas; e estas cidades não foram contempladas. Quero dizer aos Senhores, fazem já quase dois dias que estou à procura de quem destinou esses recursos a essas prefeituras, e de quem definiu essa relação, porque seja quem for, vou contestar, porque não é possível que uma cidade que está sofrendo com as últimas enchentes da maneira com que União da Vitória vem sofrendo seja discriminada dessa forma.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, solicitei-lhe esse aparte porque quando Vossa Excelência diz que talvez arreventou uma torneira e alagou o pátio de alguém, ou alagou o município, imaginei que Vossa Excelência pudesse estar fazendo referência a um município que junto com Cezar Silvestri nós representamos, que é Virmond, porque de

todos os contemplados é o Município que tem a melhor área territorial. Eu posso afirmar a Vossa Excelência que no caso de Virmond, Cândói, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, representado por nós, pelo Deputado Cezar Silvestri, Deputado Nereu Moura e outros Parlamentares, que estes municípios não tiveram enchentes.

Mas no mês de janeiro, quando o Paraná foi assolado por uma intensidade muito grande de chuvas, esses municípios tiveram aquilo que nós do interior chamamos de tromba de água, e foram muitíssimo afetados, talvez sofreram esses municípios as mesmas consequências, os mesmos prejuízos que tenha sofrido Pinhais, São José dos Pinhais, que tenha sofrido Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, com os efeitos da enchente propriamente dita.

Lembro-me inclusive que junto do Deputado Cezar Silvestri estivemos acompanhando os prefeitos daquela região junto ao Secretário Deni Schwartz, quando dele solicitávamos que para lá fosse enviada a patrulha rodoviária. E o Secretário Deni Schwartz, num esforço gigantesco, colocou no município, caminhão, no outro patrôla, no outro trator esteira, para resolver o problema causado pelas intensas chuvas que assolaram aqueles municípios.

Agora, o que aconteceu?

Esses municípios em função da gravidade das chuvas, da intensidade das chuvas, dos prejuízos causados, decretaram estado de calamidade pública, o decreto de calamidade pública foi enviado a um órgão competente do Estado do Paraná, que é a Defesa Civil, coordenada pela Casa Militar do Palácio Iguaçu, que reconheceu esta calamidade pública e enviou a quem de direito, no Governo Federal, para obtenção de recursos.

Portanto, se houve algum erro, desse erro também participaram as autoridades mais ilustres do Estado do Paraná que foi o Secretário Deni Schwartz que nos socorreu com motoniveladora, a Defesa Civil e o Governo Federal. Talvez tenha havido como houve no nosso Município de Cantagalo.

Cantagalo também sofreu as mesmas consequências, só que decretaram o estado de calamidade pública, não encaminharam o decreto para o Governo do Estado, não teve reconhecida, e não recebeu os recursos. Talvez tenha acontecido isso com União da Vitória.

O SR. VALDIR ROSSONI - Com todo respeito que tenho a Vossa Excelência não podemos aproveitar velório do vizinho para chorar! Esse é que é o problema...

O Sr. Orlando Pessuti - Mas é isso que Vossa Excelência está fazendo...

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero dizer a Vossa Excelência que quando coloquei o meu posicionamento, de forma nenhuma estou colocando que estes municípios que receberam os recursos não precisassem de recursos.

Estou dizendo que a situação dos municípios paranaenses é precária e tudo que vier é necessário. O que quero dizer é de quem foi o erro? Se foi do Palácio, foi da Defesa Civil, ou do Governo Federal? Ou de quem?

O Sr. Orlando Pessuti - Ou da prefeitura, citei o caso de Cantagalo onde a prefeitura não encaminhou...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Rossoni. Solicito aos Senhores Deputados que o apartem quando ele conceder o aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - O que estou colocando aqui é o seguinte: não é possível que Porto Amazonas, Rio Negro, União da Vitória, não é possível que esta sua justificativa, Deputado, venha justificar que municípios que porventura, e não citei os municípios, mas tenho conhecimento de um, pelo menos, e que não era o seu, mas talvez serviu, não é possível que, de repente, por manobras de pessoas que têm a responsabilidade de fiscalizar um ato de decreto de calamidade pública, deixe isso acontecer! Que se não há na hora do ato de declaração de calamidade pública seriedade, quando vai haver seriedade?

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colago e depois ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Toti Colago - Deputado Rossoni, devo cumprimentar Vossa Excelência por ter nos trazido esta informação de distribuição de recursos aos municípios que sofreram calamidade pública, nas últimas enchentes.

Lamento, profundamente, que vosso município, vossa região não está contemplada, com toda sinceridade, mas acho que se existe alguma falha está exatamente dentro do Governo ao qual Vossa Excelência pertence. Por quê? Porque o Chefe da Casa Militar que é o Chefe da Defesa Civil...

O SR. VALDIR ROSSONI - Se Vossa Excelência quiser entrar nesse campo, gostaria, Senhor Presidente que me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. ROSSONI - Estou colocando aqui que esta é uma questão de verbas federais que foram definidas pela Defesa Civil, em âmbito federal. É que Vossa Exce-

lência está querendo fazer um discurso acusando nosso Governo, que ele é responsável por isso, e eu não posso aceitar.

Com o aparte Deputado Élio Rusch.

O Sr. **Élio Rusch** - Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela sua primeira intervenção na tribuna, quando Vossa Excelência se referia a questão da Reforma Fiscal e Tributária que deve acontecer em breve em Brasília.

O Paraná tem perdido muito, Deputado Rossoni, e o Paraná não pode continuar perdendo e na manhã de hoje, nós com os Deputados Cartário, Toti, Nerone e Edno Guimarães, participamos da reunião da AMP, com a presença de todos os presidentes das microrregiões e foi debatido exatamente aquilo que o Paraná já perdeu e que o Paraná não pode continuar perdendo.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência, quando Vossa Excelência usa a tribuna e diz que o Paraná deve falar a mesma linguagem. Entendemos que o Poder Executivo e Legislativo do municípios, isso foi levantado também na reunião, que devemos falar a mesma linguagem na Reforma Fiscal, na Reforma Tributária, não os prefeitos falarem de uma forma, os Deputados de outra forma, o Executivo de outra forma, vamos falar a mesma linguagem e isso deverá ser definido em breve, já que foi formada uma comissão também pelos prefeitos que haverão de tratar com os Deputados, também com o Executivo do Estado do Paraná, para que possamos falar exatamente e reivindicar as mesmas coisas para o Estado do Paraná, para que o nosso Estado, Deputado Rossoni, não seja o grande prejudicado no dia de amanhã como ele foi a exemplo da Constituição de 88, quando foram negociados os royalties em troca da imunidade do ICMS.

Os royalties representam para o Estado do Paraná, os royalties da Itaipu, sete milhões e oitocentos mil mensais, só o ICMS que o Paraná deixa de recolher da Itaipu dá treze milhões de dólares e a Reforma Tributária, está se anunciando a Reforma Fiscal e Vossa Excelência frisou muito bem, quando o Ministro Jobim vem aqui ao nosso Estado e diz que os Estados que terão prejuízos haverão de receber uma recompensa, mas não definitiva, uma recompensa provisória, isso não podemos admitir.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que nós Deputados devemos unir as nossas forças e as nossas vozes em torno de interesses do nosso Estado, deixar as coisas pequenas de lado e vamos nos unir naquilo que interessa ao Estado do Paraná, por que é que não podemos reverter esse dispositivo constitucional e aumentar 23% da receita do ICMS da receita do nosso

Estado, há condições.

A segunda parte que Vossa Excelência se refere, a questão da calamidade pública decretada pelos municípios, infelizmente ou felizmente os meus municípios não foram atingidos com essa enchente, sei que os seus municípios são os grandes prejudicados, sem sombra de dúvida e Vossa Excelência, que é representante dessa região, tem toda razão de reclamar aqui na Assembléia Legislativa, que União da Vitória e os municípios que Vossa Excelência representa, que não foram contemplados através dos recursos, talvez não foram contemplados exatamente porque faltaram alguns dispositivos, o preenchimento de alguns requisitos legais talvez não tenham sido preenchidos, mas acho que União da Vitória, Bituruna e outros, deveriam receber também.

Parabéns.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, para não ficar nenhum equívoco entre eu e o Deputado Toti, gostaria de dar o aparte para o Deputado Toti Colação encerrar o seu posicionamento. Pelo jeito, cometi um equívoco e não gostaria de ser injusto com o ilustre companheiro.

O Sr. **Toti Colação** - Agradeço, Deputado Valdir Rossoni, tendo em vista que fomos prefeitos na mesma época e temos uma história política idêntica. Agradeço esta deferência agora.

Na verdade, estava procurando saber daonde é que vinham os recursos e ia chegar exatamente a conclusão do meu raciocínio, porque normalmente quando saem recursos para os estados de calamidade pública, passa pela Casa Civil, passa pelo chefe da Casa Militar.

O estado de calamidade pública é reconhecido pelo Governo do Estado para poder ter efeito em Brasília, mesmo que os recursos venham lá de Brasília.

Então, automaticamente se esses recursos saíram ou pelo menos se tomou conhecimento destas autoridades, da Casa Civil ou Chefe da Casa Militar, claro que Irati vai reclamar a sua parte, Rebouças também vai reclamar a sua parte, porque não foi aquinhoadada e assim por diante.

Este era o meu raciocínio, e Vossa Excelência, como Líder do PDT, que em contrapartida é Líder do Governo em alguns momentos aqui, nos traz uma notícia de que estamos até sendo discriminados mais uma vez, então agora confirmado, porque os Municípios de Irati e de Rebouças, que sofreram verdadeiras enchentes e estiveram na iminência de estarem em calamidade pública, nada receberam.

Agradeço a deferência de Vossa Excelência pelo aparte e automaticamente pela deferência de me devolver a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só para concluir o meu posicionamento, só quero esclarecer a Vossa Excelência que o Município de União da Vitória, especificamente, tem o decreto de calamidade pública reconhecido pelo Governo do Estado.

O Sr. Cezar Silvestri (Aparte) - Deputado Rossoni, foi importantíssimo Vossa Excelência colocar esse assunto. Até para esclarecer algumas questões, que estão sendo polêmicas, inclusive até pela própria imprensa.

Em primeiro lugar, a partir do seu pronunciamento, ficou claro para todos os Deputados e para a própria imprensa, que os recursos que foram liberados pelos municípios, são recursos federais. Porque até dias atrás, inclusive membros do nosso Governo, não para dizer do Governo do PDT, mas do Governo da coligação, haviam dado entrevistas em rádios, dizendo que os recursos viriam do Governo do Estado.

Ficou também claro, Deputado Rossoni, de que a necessidade que Vossa Excelência questiona dos municípios, inclusive Vossa Excelência iniciou o seu pronunciamento dizendo que muitos municípios tiveram enchentes de cima para baixo. Logicamente que os municípios que têm a topografia acidentada, como os municípios da região que representamos, e esses municípios que receberam, quando têm chuvas pesadas como foi o caso de janeiro, que tiveram chuvas de mais de 750 milímetros numa semana, e eles tiveram prejuízos acentuados muito mais do que os municípios que Vossa Excelência representa, que é o Município de União da Vitória, que são os municípios que já estão acostumados com enchentes, onde a população já tem na enchente praticamente coisas do cotidiano, nesses municípios tiveram pontes, bueiros, prejuízos de toda ordem, estradas nos municípios que representamos.

Então, achamos em primeiro lugar, esses recursos são justos, e em segundo lugar, que o Governo Federal, para todos os municípios, faço questão que o Senhor cheque isso, não quero transferir a culpa aqui ao Governo do Estado, de forma nenhuma.

Acredito que todos os municípios que apresentaram a documentação em tempo hábil, o Deputado Pessuti que está aqui ao meu lado, disse inclusive um dos municípios que representamos, que é Cantagalo, ele não mandou a documentação em tempo hábil, foi o único município da região que não recebeu, todos os municípios que apresentaram a documentação, acredito que a grande culpa é na verdade dos Prefeitos, e vou lhe dar o seguinte testemunho: falei com alguns Prefeitos, que no início falaram o seguinte: dizendo que não adiantava

nada providenciar documentação, porque eles não acreditavam que viessem recursos, que várias outras vezes decretaram estado de calamidade pública e não receberam recurso nenhum.

Eles não acreditavam que receberiam recursos, talvez seja o que aconteceu com União da Vitória. Porque todos aqueles que apresentaram a documentação em tempo hábil e receberam recursos do Governo Federal, apesar de muitas pessoas dizerem que o Governo Federal não fez nada pelo Estado do Paraná, até agora.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só acho que se entrarmos na questão de municípios de terrenos acidentados, se descermos o Rio Iguaçu aqui, todos merecem essa verba. Aí é que é a questão. O Município de União da Vitória, que vem fazendo um trabalho de desfavelamento, de retirada das pessoas do lado do Rio Iguaçu, de repente ficou fora, porque ele tem o Decreto também reconhecido pelo Governo do Estado em tempo, porque o dinheiro está vindo aí, 8 meses depois do que aconteceu.

Agradeço os apartes e tenho certeza absoluta e acho que devemos voltar a esse assunto, porque é palpitante, interessante para que possamos discutir isso e para que isso não venha mais a ocorrer a nível do Estado do Paraná, seja de quem a culpa for, cometeu injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero cumprimentar o Deputado Alborghetti pelo discurso, mas lembrar ao Deputado que quem vai ganhar a eleição vai ser o PT e provavelmente ainda não estamos no primeiro lugar nas pesquisas, porque não lançamos o nome do nosso candidato, porque é mais importante o Partido, então temos convicção que a Prefeitura continuará nas mãos do PT, graças à excelente administração democrática que vem fazendo o Prefeito Luiz Eduardo Chelida.

Subo à tribuna hoje, porque acho que não só a Comissão de Educação e Cultura a qual presido, mas também a Assembléia Legislativa, teve uma pequena vitória hoje de manhã, quando a Comissão de Educação serviu de intermediária entre o Secretário de Educação do nosso Estado e a APP-Sindicato e temos que destacar nesse episódio, a presença de vários Deputados, entre os quais, merece destaque a intervenção do Luiz Carlos Zuk, Belinati, Cleiton e a presença de vários Deputados, Trevisan, Zanusso, Silvestri, Irineu Colombo, porque essa presença fez com que o Secretário

recuasse da posição inicial e passasse a negociar com a APP-Sindicato.

Na verdade, o que a APP quer é que se cumpra a palavra do Governador na reunião de 30 de agosto, quando o Governador se comprometeu que a APP faria parte de uma Comissão formada pelo Secretário da Educação, da Administração, Presidente da FUNDEPAR e Secretários de Governo para implantar no Paraná o piso dos docentes ligados à Secretaria da Educação e a posição inicial da Secretaria é que só apresentaria uma proposta no dia 10 de outubro e acabamos chegando a um consenso que no dia 3 de outubro a APP passará a integrar essa Comissão...

Queremos elogiar e tem que seguir nessa posição: entendemos que o Governo deve ser transparente. Não basta dizer que não tem recursos para pagar mais os professores, mas deve abrir as suas contas, mostrar o quanto gasta com pessoal, quanto gasta com professores efetivamente, quais as prioridades do Governo, a questão da isenção de impostos que infelizmente não pudemos fiscalizar, porque requerimento de nossa Bancada foi impedido de chegar até o Governo. Esse é o caminho correto de um Governo que pretende ser sério e no qual a população paranaense, particularmente os professores, depositaram a sua confiança.

Infelizmente estamos em setembro e o Governo deu apenas um aumento diferenciado de 15% aos professores e está havendo uma crise trágica. Um professor, por 20 aulas ganha 149, 150 reais por mês e isso obriga o professor a trabalhar no mínimo 40 horas por semana, e mesmo assim não pode viver com as condições dignas de quem precisa estudar, precisa aprender num processo progressivo para poder transmitir cultura aos estudantes e se integrar à escola.

Essa é uma das reivindicações: os professores reivindicam do Governo o piso implantado que já é um Plano, uma proposta do Plano Decenal de educação de que o piso seria implantado ainda esse ano e não foi, no Estado do Paraná.

Então a proposta - é que o piso seja de 210 reais. De 150 passará para 210 reais o piso do Magistério, por 20 horas e com essa negociação esperamos que a partir de 3 de outubro criemos um processo progressivo de implantação do piso. A APP não radicaliza o processo. Ela quer o piso, pode aceitar alguns aumentos diferenciados, transcorridos três ou quatro meses, mas o que ela quer é efetivamente negociar e por isso acho que tanto a Comissão de Educação, com os seus Deputados, como esta Assembléia Legislativa teve uma pequena conquista hoje e quiçá possamos conquistar este piso, além de outras reivindicações da APP-Sindicato, quais sejam, a questão do regime diferenciado de trabalho e ou-

tras reivindicações históricas que ainda, infelizmente, o Governo não fez.

Para concluir, queria já hoje, retirarmos nosso projeto de votação ontem, o projeto que aumenta o número de dirigentes sindicais liberados (?) no Estado do Paraná e pedimos a reflexão desde já dos Srs. Deputados para que possamos aprovar por unanimidade este projeto de lei. Vamos dar um exemplo, este projeto tem interesse para a APP. São 70 mil professores na base e a APP teria direito a liberar 35 professores. Só de Núcleos Regionais a APP tem 24 no Estado do Paraná. Isto não custa absolutamente nada para o Governo, um Governo que paga 70 mil professores, pode, tranquilamente, liberar 35 professores para que deixem o seu trabalho e possam exercer em condições, com competência a função para o qual foram eleitos pela sua categoria. O Sindicato será contemplado com esta lei que aumenta o número de dirigentes sindicais liberados, funcionários públicos, vai ser a APP e um dos sindicatos dos servidores apenas.

Portanto, pedimos aos Srs. Deputados que receberão a visita de dirigentes sindicais a partir de amanhã que nos apoiem neste projeto. Tenho certeza que se a Assembléia Legislativa votar favoravelmente o Governo saberá também, sancioná-lo na hora certa.

**O Sr. Emerson Nerone** - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, queremos parabenizá-lo pela iniciativa de ter feito esta reunião da APP com o Governo do Estado, parabenizar o Governo do Estado pela sensibilidade neste caso de ter aceito a negociação com a APP-Sindicato, pois que se não pode haver até agora reajustes esperados ou prometidos anteriormente, pelo menos sentar na mesa de negociação com os professores era o mínimo desejado, não havia no início boa vontade e a intervenção política dos Deputados da Assembléia Legislativa, nesta pressão junto ao Governo, foi de suma importância, foi fundamental para que houvesse o acordo.

Por outro lado, quero só reforçar esta idéia do voto favorável ao projeto de liberação dos dirigentes da APP-Sindicato nas suas bases. São 24 bases espalhadas pelo Estado, enquanto, por exemplo, os bancários tem algo em torno de 20 sindicatos no Estado todo e os bancos privados e bancos estatais liberam em média 5 a 8 dirigentes em cada uma dessas bases, algo em torno de 160 liberados no Estado.

A APP pede, com um contingente muito maior de filiados, - 70 mil filiados no Estado, - a liberação de apenas 0,05% do seu quadro. É muito pouco em relação aos



bancários e é só um quadro comparativo para a gente ver a importância de liberar pelo menos 1,5 daria aí a média por cada uma dessas regionais da APP-Sindicato. Acho que a sensibilidade do Governo que já iniciou uma conversação com a APP-Sindicato vai também prevalecer neste caso, na liberação, já que para ele interessa que haja um sindicato organizado para abalizar e para referendar as suas ações que dizem ser de "Novos Caminhos".

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado, Deputado Emerson Nerone, e tenho certeza que os Deputados desta Assembléia saberão se unir aos professores para que suas conquistas sejam cada vez maiores e cada vez melhor seja a educação em nosso Estado.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello, na qualidade de vice-Líder do PT, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Especial que irá apurar a situação dos municípios paranaenses em razão do fechamento de diversas prefeituras no interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valdir Rossoni, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial, que trata da situação econômico-financeira das Prefeituras do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial, que trata dos assuntos econômicos-financeiros das Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial, que irá apurar a si-

tuação econômico-financeira dos municípios paranaenses. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial, que trata de assuntos pertencentes à situação econômica das Prefeituras. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar Especial, que irá apurar a situação financeira dos municípios do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2656, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Emerson Nerone, José Tavares, Renato Adur, José Maria Ferreira, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Doutor Rosinha e 1 ilegível, constante do expediente, solicitando a convocação dos Secretários de Estado da Administração, Planejamento e da Fazenda, para prestarem esclarecimentos no que diz respeito às divergências de percentuais, com a despesa de pessoal no Estado do Paraná. **Rejeitado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nereu Moura e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/95, que autoriza o Poder Executivo a receber através de doação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel urbano que especifica, localizado na Cidade de Cruz Machado, neste Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece normas de proteção e

garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 34, de 17.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 107/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 107/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo estabelecer normas de proteção e garantias para pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Já tendo recebido pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, no âmbito desta Comissão de Saúde Pública, ao se analisar a matéria, só podemos louvar a iniciativa do nobre Deputado, pois entendemos de grande importância para uma parcela da população tão necessitada de amparo dos órgãos governamentais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 107/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Carlos Simões, objetiva estabelecer normas de proteção e garantias para pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Procedida a análise da proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da iniciativa.

Nestas condições, esta Comissão de Finanças dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela, sendo cumpridas as determinações contidas no § 3°, do artigo 33, do egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MILTON PUPPIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2647, 2689, 2690 e 2692, do Senhor Deputado Albanor Gomes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2641, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2658 e 2659, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2637, 2665 a 2671 e 2698 a 2703, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2629 e 2630, e 2695 a 2697, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2640, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2650, 2651, 2705, 2706 e 2711, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2645, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2652, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2653, 2662, 2694, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2657 e 2663, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2661, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2693, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2675, 2677, 2678 e 2715, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2880, 2882 e 2883, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Em dis-**

- O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno. Requerimento n° 2685, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**
- O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno. Requerimento n° 2686, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
- Requerimentos n°s 2687 e 2688, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Em Discussão.**
- O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno. Requerimentos n°s 2631, 2632, 2672 e 2673, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.
- Requerimento n° 2704, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
- Requerimento n° 2707, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
- Requerimento n° 2708, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
- Requerimento n° 2710, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2712, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2674, 2713 e 2714, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2716 e 2717, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2614, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2615, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Val-se proceder à Verificação de Votação. Dez aprovam. Vinte e dois rejeitam. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento n° 2681, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 21 às dez horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 107/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 170, 273, 299, 306 e 312/95.

Levanta-se a sessão.